

CENTRO UNIVERSITÁRIO SAGRADO CORAÇÃO

ANA BEATRIZ ZÉVOLA ORRU

A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA EM UM CONTEXTO DE VULNERABILIDADE
SOCIAL: A VISÃO DE UMA MULHER EGRESSA AO CÁRCERE

BAURU

2021

ANA BEATRIZ ZÉVOLA ORRU

A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA EM UM CONTEXTO DE VULNERABILIDADE
SOCIAL: A VISÃO DE UMA MULHER EGRESSA AO CÁRCERE

Monografia de conclusão em iniciação científica apresentada à Comissão Interna de Iniciação Científica do Centro Universitário Sagrado Coração - UNISAGRADO, sob orientação da Professora Dra. Raquel Alves Cassoli.

BAURU

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com
ISBD

O75g

Orru, Ana Beatriz Zévola

A gravidez na adolescência em um contexto de vulnerabilidade social: a visão de uma mulher egressa ao cárcere / Ana Beatriz Zévola Orru. -- 2021.
65f. : il.

Orientadora: Prof.^a Dra. Raquel Alves Cassoli

Monografia (Iniciação Científica em Psicologia) - Centro
Universitário Sagrado Coração - UNISAGRADO - Bauru - SP

1. Gravidez adolescente. 2. Encarceramento feminino. 3.
Sociedade de classes. I. Cassoli, Raquel Alves. II. Título.

Dedico esse trabalho à todas as meninas e mulheres vítimas de um sistema punitivo que opera em função da soberania burguesa e manutenção das relações produtivas.

AGRADECIMENTOS

Dou início a esse momento citando pessoas que, direta ou indiretamente, estiveram junto a mim durante esse processo. Em primeiro lugar agradeço a minha família, a minha mãe pelo apoio e amor incondicional que me impulsionam na busca da minha identidade e sonhos; ao meu pai, pela sinceridade, afeto e orientação independentes de qualquer situação e ao meu irmão, por me mostrar os caminhos do marxismo, por sua bondade e por me inspirar como indivíduo.

Agradeço à minha namorada por todo o acalento e compreensão cotidianos nas ocasiões em que as dúvidas e preocupações estavam mais intensas. À minha analista, Ana, por proporcionar momentos tão necessários e que me trazem de volta a mim mesma. À grande amiga Isadora, por tornar o dia a dia mais terno com suas risadas, juntamente a nossa “panelinha”, ou melhor, as “amibiguinhas”, Carol, Ana Laura, Tânia, Joana e Daniela, por trazer leveza a graduação além da cumplicidade e prazer nos momentos de amizade.

Enfatizo minha imensa gratidão à professora e orientadora Raquel, por me proporcionar a familiaridade com a Psicologia Sócio Histórica e, ao compartilhar seu conhecimento, através de suas aulas e momentos de orientação, com demasiada sensatez, possibilitando a construção de um pensamento mais crítico e o desenvolvimento da minha paixão pela teoria psicológica histórico-cultural. Ao professor Luiz, por me direcionar ao caminho da pesquisa científica com seu tamanho conhecimento e pela disponibilidade em nos orientar na reformulação de alguns aspectos metodológicos dadas as condições pandêmicas.

Finalmente, agradeço a querida Mônica, representante da “Capelania Prisional Batista Missão Alma Livre”, que, sempre muito solícita, estabeleceu contatos que tornaram possível a realização desta pesquisa. Nesse mesmo sentido, deixo aqui meu eterno agradecimento à participante entrevistada nesta ocasião, que ao aceitar o envolvimento neste projeto enfrentou a possibilidade de entrar em contato com questões complexas e, ao compartilhar sua história, pôde contribuir profundamente à colaboração social e científica desse estudo.

RESUMO

Considerando a gravidez na adolescência como um fator de risco, principalmente quando falamos de meninas de classe social desfavorável e em condição de vulnerabilidade, a conjuntura se torna, de fato, um problema de saúde pública mundial, mas principalmente em países da América latina e especialmente o Brasil, já que, é possível observar um nível extremamente alto de evasão escolar por conta de gravidez precoce, além de fatores de risco como a dificuldade de ingresso no mercado de trabalho formal. As condições sociais que não puderam constituir um fator de proteção para as adolescentes no campo da educação sexual, agravam ainda mais as consequências da gestação precoce de modo que, considerando o cenário socioeconômico, histórico e cultural, encontram na criminalidade uma oportunidade de subsistência. Pensando nisso, a presente pesquisa teve por objetivo entender os mecanismos de vulnerabilidade social que viabilizam a entrada de mulheres jovens, que engravidaram na adolescência, no mercado de drogas e outros delitos. Para esse propósito, investigou-se a perspectiva de uma mulher egressa ao sistema penal sobre as consequências da gestação imatura e como ela a relaciona a seu histórico criminal, apoiando essa análise a partir da ótica da Psicologia Sócio Histórica e, conseqüentemente, dos postulados marxistas, através do subsídio oferecido pelo instrumento dos Núcleo de Significação. As concepções dos núcleos propõem um caminho na tentativa de apreender, diante do discurso do sujeito, a constituição dos sentidos a partir dos aspectos teóricos-metodológicos do pensamento e linguagem desenvolvidos por Vigotski. Os resultados obtidos dentro desse processo e frente a transcrição da entrevista realizada com a participante deste estudo (uma mulher egressa ao sistema penal com a prévia experiência de gestação adolescente) possibilitaram a estruturação de 4 (quatro) núcleos para análise, os quais, sumariamente levantaram questões relacionada aos processos de instrução quanto a sexualidade, às redes de apoio nos momentos prévio, presente e posterior a gravidez precoce em situação de vulnerabilidade social, às vivências subjetivas desta mulher frente à gestação e à prática de delitos e as consequências decorrentes dessa conjuntura. Sumarizando os achados desta pesquisa, pode-se dizer que a relação entre a gravidez adolescente e a vinculação dessas mulheres à criminalidade não se dá de forma linear pelo princípio de causalidade, isto é, após a análise crítica de toda historicidade não só da subjetividade, mas da estrutura social, podemos perceber que o mesmo mecanismo que penaliza essas mulheres, também criminaliza sua própria existência, ou seja, não é à toa que as características das mulheres encarceradas sejam tão semelhantes às das meninas gestantes, visto que dentro da sociedade de classes, onde o predomínio são os interesses do estado burguês, o inimigo é sempre o mesmo: a pobreza.

Palavras-chave: Gravidez adolescente; Encarceramento feminino; Sociedade de classes.

ABSTRACT

Taking into consideration the pregnancy during adolescence as a risk factor, especially when talking about girls in the low social stratum and in vulnerability, the scenario becomes a public health issue worldwide, but even more in Latin American countries, and mostly in Brazil, where the percentage of school dropout in addition to the difficulty of joining the formal job Market caused by the early pregnancy is extremely high. With this in mind, the social conditions that could not constitute a protective factor for adolescents in the field of sex education, further aggravate the consequences of early pregnancy so that, considering the socioeconomic, historical and cultural scenario, they find in crime an opportunity for subsistence. With this in mind, the present research aimed to understand the mechanisms of social vulnerability that make it possible for young women who became pregnant during adolescence to enter the drug market and other crimes. To this end, the perspective of a woman exiting the criminal justice system on the consequences of immature pregnancy and how she relates it to her criminal history was investigated, supporting this analysis from the viewpoint of Socio-Historical Psychology and, consequently, of the Marxist postulates, through the subsidy offered by the instrument of the Nucleus of Significance. The conceptions of the nucleus propose a path in attempt to apprehend, in the face of the subject's discourse, the constitution of the meanings from the theoretical-methodological aspects of thought and language developed by Vygotsky. The results obtained within this process and in front of the transcription of the interview conducted with the participant of this study (a woman exiting the penal system with the previous experience of teenage pregnancy) allowed the structuring of 4 (four) cores for analysis, which, briefly, raised issues related to the processes of instruction regarding sexuality, the support networks in the moments before, present and after the early pregnancy in a situation of social vulnerability, the subjective experiences of this woman facing pregnancy and the practice of crimes and the consequences resulting from this situation. Summarizing the findings of this research, it can be said that the relationship between teenage pregnancy and the association of these women with criminality does not happen in a linear way by the principle of causality, that is, after a critical analysis of all the historicity not only of the subjectivity, but also of the social structure, we can see that the same mechanism that penalizes these women also criminalizes their own existence, that is, it is not by chance that the characteristics of incarcerated women are so similar to those of pregnant girls, since within class society, where the interests of the bourgeois state predominate, the enemy is always the same: poverty.

Keywords: Teenage pregnancy; Female incarceration; Class society.

SUMÁRIO

| | | |
|------|---|----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 9 |
| 1.1. | REALIDADE SOCIAL DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA | 9 |
| 1.2. | O CÁRCERE DE MULHERES, A SELETIVIDADE PENAL E O MERCADO DO TRÁFICO DE DROGAS. | 10 |
| 1.3. | A RELAÇÃO DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E O CÁRCERE FEMININO | 12 |
| 2 | MATERIAIS E MÉTODOS..... | 16 |
| 2.1. | TIPO DE PESQUISA | 16 |
| 2.2. | PARTICIPANTES | 16 |
| 2.3. | LOCAL..... | 17 |
| 2.4. | INSTUMENTOS E MATERIAIS | 17 |
| 2.5. | PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS | 18 |
| 2.6. | PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DE DADOS..... | 19 |
| 2.7. | CUIDADOS E ASPECTOS ÉTICOS..... | 20 |
| 3 | RESULTADOS | 21 |
| 4 | DISCUSSÃO DOS RESULTADOS..... | 30 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 46 |
| | REFERÊNCIAS..... | 49 |
| | APÊNDICE A..... | 54 |
| | APÊNDICE B..... | 56 |
| | ANEXO A | 60 |
| | ANEXO B | 63 |

1 INTRODUÇÃO

1.1. REALIDADE SOCIAL DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

No que se refere aos índices de nascimentos de filhos de mães adolescentes – atualmente a população adolescente, que, segundo o ministério da saúde, compreende as pessoas entre 10 a 19 anos de idade, representa quase um quinto da população mundial – os estudos de Oliveira *et al.* (2018) revelam a existência de uma taxa de fecundidade de 73,2 a cada mil mulheres na região do cone sul da América latina, em comparação a uma taxa mundial de 48,9 por mil mulheres.

À vista disto, Oliveira *et al.* (2018) mostram o fator gravidez na adolescência como um problema de saúde pública mundial, já que influencia nos indicadores de saúde com fatores de consequências biológicas, psicológicas e aspectos familiares e socioeconômicos. Entretanto, essas complicações se acentuam de acordo com o nível de urbanização, o grau de escolaridade, com a participação feminina no mercado de trabalho, com a instalação de políticas públicas na área na saúde sexual e reprodutiva, dentre outros fatores de risco e proteção.

Portanto, se percebermos a gravidez adolescente como um aspecto de alteração em coeficientes como saúde, educação, renda e desenvolvimento, pode-se dizer que estes eventos de gestação contribuem para a manutenção das desigualdades sociais, de gênero e de classe características da região (OLIVEIRA *et al.*, 2018).

Dados do IBGE (*apud* SANTOS *et al.*, 2017), considerando adolescentes de 15 a 19 anos com um ou mais filhos nascidos vivos no ano de 2014, mostraram o perfil destas meninas: 65,4% tinham entre 18 e 19 anos, 69% eram negras, 59,7% não trabalhavam/estudavam, 35,8% residiam na região nordeste e 92,5% eram responsáveis por afazeres domésticos, destas 37,1% moravam com os pais e 34,2% moravam com o cônjuge. Na pesquisa realizada por Oliveira *et al.* (2018) com meninas que engravidaram na adolescência a idade média apresentada foi de 18 anos, 50% tinham o ensino médio completo, 80% eram solteiras, 40% não trabalhavam fora de casa, 30% estudavam e 30% trabalhavam fora de casa – em seus relatos apontaram trabalhar como atendente, garçonete ou técnico administrativo.

Assim sendo, é importante ressaltar que a gestação na adolescência é um reflexo da desigualdade de renda e da pobreza, e, além disso, se não houver estrutura familiar, a gravidez se torna ainda mais perigosa num ponto de vista sociocultural

crítico, pois, muitas dessas meninas, com laços familiares fragilizados, se sentem pressionadas a entrar numa união estável com seu parceiro e abandonar os estudos de forma a prejudicar sua entrada no mercado de trabalho (OLIVEIRA, *et al.*, 2018).

Outro dado alarmante é sobre o uso da pílula do dia seguinte que é quase o dobro nas mulheres entre 15 a 19 anos se comparado às mulheres de 15 a 44 anos, além de que a maior taxa de aborto está em jovens entre 12 a 19 anos por conta de vergonha e medo dos pais ou desejo de continuar os estudos. A maioria das participantes do estudo de Oliveira *et al.* (2018) não planejaram a gestação e 40% apresentaram reincidência de gravidez; quando perguntadas sobre sua percepção da gestação, relataram sentimentos de restrição e interferência da adolescência. Considerando esses casos, é possível interpretar que esses dados se relacionam diretamente a indicadores socioeconômicos deficientes.

1.2. O CÁRCERE DE MULHERES, A SELETIVIDADE PENAL E O MERCADO DO TRÁFICO DE DROGAS.

Em referência ao sistema carcerário feminino no Brasil, Braz e Corrêa (2018) observam na maioria dessas mulheres um perfil que, de forma numerosa, se repete criteriosamente em consequência, principalmente, das políticas proibicionistas de drogas, em essencial a chamada lei de tóxicos que mais encarcera mulheres no Brasil. A lei de número 11.343 de agosto de 2006 que estabelece o SISNAD (Sistema nacional de políticas públicas sobre drogas) prevê normas para repressão do tráfico ilícito de drogas e elimina penas de reclusão para usuários, além de se responsabilizar pelo tratamento de drogadictos.

Analisando dados do IFOPEN (Levantamento Nacional De Informações Penitenciárias) (BRASIL, 2018), explicita-se o retrato de mulheres habitualmente “escolhidas” pelo sistema penal e que, deveras, representam a reverberação de um quadro social de pessoas já negligenciadas pelo estado e poder público e que existem à margem da sociedade. Ou seja, mulheres pertencentes a mais baixa camada social, com baixos níveis de escolaridade, sem oportunidades de emprego ou em trabalhos informais. Os dados do IFOPEN apontam essas condições antecedentes como fatores de risco para a entrada da mulher em atividades criminosas que acabam por se apresentarem mais atrativas e facilitadoras (BRAZ; CORRÊA, 2018).

Os dados mais recentes publicados pelo IFOPEN também apontam um aumento na taxa de encarceramento feminino no Brasil de 455% em relação aos

dados de 2000 a 2016, e um crescimento de 656% no total de mulheres aprisionadas. Mesmo o Brasil estando em 5º lugar nos países com a maior população prisional feminina, apresenta a maior variação de aumento nesse período de 16 anos, ao passo que os Estados Unidos, país com a maior população total de mulheres privadas de liberdade teve um aumento de 18% e a Rússia, que se coloca em 3º lugar nessa classificação, apresentou uma diminuição de -2%. Diante disso, constata-se uma falha na lei proibicionista de drogas, já que uma disparidade de 62% das mulheres reclusas está detida por tráfico de drogas (BRASIL, 2018).

Costa (2008, *apud* BRAZ; CORRÊA, 2018), aponta mulheres em desvantagem de classe, negras (62% de acordo com o IFOPEN), com filhos (75% também segundo o IFOPEN), sem antecedentes criminais e, em grande parte, detidas por prestarem favores a seus companheiros como vendedoras, embaladoras ou entregadoras num mercado de drogas comandado por homens, como características que se reproduzem altamente no sistema penal.

Tal realidade aponta para a questão fatídica da seletividade penal que, inclusive, pode ser percebida no caráter segregacionista do artigo 28, § 2º da lei 11.343/06 *in verbis* “Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente”, que, acrescida da consideração do perfil feminino majoritariamente encarcerado, confirma a preferência de uma política repressiva e altamente seletiva em relação à parcela social marginalizada, ou seja, mulheres, negras e pobres (BRAZ; CORRÊA, 2018).

Frente a isso Rodrigues (2004, *apud* BRAZ; CORRÊA, 2018) indica a doutrina proibicionista, com base em cinco fatores ideológicos: práxis moralista, saúde pública, segurança pública, segurança nacional e posicionamento militarista, como fator que acaba por estabelecer uma das maiores crises do sistema carcerário brasileiro: o encarceramento em massa e a seletividade penal, além de visar interesses políticos e econômicos em detrimento da saúde e da segurança pública. É importante ressaltar que o objetivo deste estudo não está intimamente relacionado ao motivo do encarceramento, portanto, o tráfico de drogas não é necessariamente uma característica que estará presente na participante desta pesquisa. Todavia, ao analisar todos os dados, muito claros e alarmantes, levantados para a elaboração

deste documento, não seria prudente abster o mercado do tráfico de drogas e as medidas proibicionistas da discussão entorno do encarceramento feminino.

A partir desta avaliação consegue-se ponderar que, discutir encarceramento de mulheres, principalmente no Brasil, é, bem como, discutir uma forma de violência e desigualdade de gênero, posto que, se refere a mulheres negras, mães e pobres sem oportunidade de emprego e que, inclusive no universo do narcotráfico também não estão associadas a lugares de liderança, mas, na realidade, ocupam papéis de segundo plano, como “mulas” ou negociantes de pequenas quantidades, que são mais atrativos à vista da polícia (BRAZ; CORRÊA, 2018).

Afinal, além de tudo, Chavarria (2008, *apud* BRAZ; CORRÊA, 2018) ainda ressalta que, muito frequentemente essas mulheres, que já são vítimas de uma política reprodutora das opressões sociais, são alvos de estereótipos muito cruéis, que as julgam despreocupadas em relação aos filhos e ingênuas por terem sido enganadas pelo marido que a utiliza em seus negócios ilegais, ou, também, como problemáticas, cedidas ao vício, prostitutas, mães más, ladras e responsáveis pelo próprio destino.

1.3. A RELAÇÃO DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E O CÁRCERE FEMININO

É importante ressaltar que, se deparar com uma gestação sempre é fator gerador de emoções diversas, podendo ser positivas ou negativas, agora, principalmente na adolescência, sentimentos turbulentos como medo, angústia, ansiedade intensa, vergonha e rejeição se tornam mais comuns. Entretanto, a gravidez adolescente se torna de fato um problema quando se caracteriza como um impeditivo para o desenvolvimento de outros aspectos da vida, isto é, ao dificultar o ingresso ao mercado de trabalho, favorecer o abandono escolar ou frear qualquer outro intento de vida (HEILBORN, 2008 *apud* RODRIGUES; SILVA; GOMES 2019).

Todavia, esses empecilhos estão na maior parte das vezes relacionados à realidade de jovens pobres que, diante da descoberta da gravidez muitas vezes não dispõem do apoio financeiro da família. Ao contrário dos adolescentes de classe média ou alta que podem contar com esse suporte familiar, não só com a ajuda financeira, mas com o cuidado da criança e, muito certamente, poderão continuar seus estudos e adentrar no mercado de trabalho (RODRIGUES; SILVA; GOMES, 2019).

Assim sendo, entende-se que, mesmo nos dias contemporâneos com grande acesso à informação, o papel da família e da escola é fundamental para que se

possibilite uma educação adequada aos jovens no tocante às questões da sexualidade, pois, é certo que a atual ausência desses dois ambientes na formação sexual dos adolescentes indica um crescimento nas ocorrências das gestações em tão pouca idade (RODRIGUES; SILVA; GOMES, 2019).

Ao analisar os dados de duas pesquisas acerca do tema da gravidez na adolescência é possível constatar, em primeiro lugar, que a maioria das participantes em ambas as pesquisas não desejaram a gravidez. No caso do estudo de Dias *et al.* (2017), com sete mulheres adultas de 25 a 35 anos, sobre suas experiências de gravidez na adolescência e a repercussão do episódio em suas vidas, elas relatam como reflexos negativos da experiência o medo de ter outro filho, ao passo que, na pesquisa de Rodrigues, Silva e Gomes (2019), com dez adolescentes de 13 a 16 anos, numa escola municipal de ensino fundamental em Alagoas, a maioria das meninas descreve a gravidez como indesejada e, ainda, houve relatos de aborto aos 12 anos do qual a família não tomou conhecimento.

Ainda sobre a pesquisa de Rodrigues, Silva e Gomes (2018), percebeu-se uma idade média de 12 anos para o início da vida sexual das meninas, o que, certamente, relaciona-se aos relatos de gravidez na adolescência. Na escola em questão, 565 alunas estavam matriculadas, mas, segundo relatos de professores e da coordenação, a evasão escolar feminina é recorrente. No momento da pesquisa 14 dessas alunas haviam abandonado os estudos por conta de gravidez e 10 continuavam frequentando a escola mesmo estando grávidas. Entretanto, diversas dessas meninas frequentemente saíam da escola, mas não se pode dizer ao certo o porquê, ou seja, dentre essas garotas pode haver ainda mais casos de gravidez.

Dias *et al.* (2017) entrevistou mulheres – todas se autoconsideraram negras – de níveis socioeconômicos similares (com renda familiar de 1 a 3 salários mínimos), a maioria com menos de nove anos de estudos, que moravam na mesma comunidade no interior do Ceará. Relataram, de forma geral, poucos fatores facilitadores em seu momento de gestação, na realidade, pôde-se perceber que as maiores dificuldades sentidas por elas durante a gravidez estavam vinculadas ao preconceito, a vergonha, a episódios de violência doméstica, a falta de suporte familiar e ao fato de que o pai da criança não assumiu o filho (a). Ainda completam sua condição com o impedimento em continuar os estudos, com as dificuldades em atingir planos e a exclusão do mercado de trabalho. Quando perguntadas sobre métodos contraceptivos, a maioria relatou ter conhecimento na época, mas apenas uma disse ter feito uso de pílula e

uma disse não ter conhecimento sobre e relacionou o fato à dificuldade em adquiri-los por ser menor de idade, além do sentimento de constrangimento. No momento atual a pesquisa, todas tinham mais de um filho, com exceção de uma delas, e a maioria não exercia trabalho remunerado e dependia financeiramente do marido.

Dados coletados numa pesquisa feita com mulheres encarceradas revelaram que as dificuldades em entrar no mercado de trabalho e os obstáculos para sustentar seus filhos (as) são um dos maiores motivos para que essas mulheres decidam se envolver com o universo criminal, e principalmente com o tráfico de drogas por ser um negócio de grande rendimento de capital. A entrada da mulher no comércio ilícito de drogas é efeito da chamada feminização da pobreza, que atinge essas mulheres de forma significativa a orientar seus caminhos de vida. Ao perceber a rentabilidade do negócio atrelado à facilidade em trabalhar de dentro de casa, o tráfico se torna viável a mulher que precisa trabalhar e cuidar dos filhos (as) (CORTINA, 2015).

Discutir o tráfico é discutir política proibicionista e encarceramento, o que também é muito diretamente falar de pobreza, já que, desde sua origem o sistema carcerário é construído como instituição total especializada em controlar, domesticar corpos e punir aquele que comete crimes contra o patrimônio burguês da classe dominante. Já que não é possível prender todos que cometem crimes diversos, elege-se, assim, um delito prioritário junto a um perfil específico a ser perseguido e punido. Mesmo diante de crises e críticas, o sistema penal, ainda em século XXI, continua a se aperfeiçoar como meio de controle sobre o pobre o que se reafirma facilmente pela análise das características da população privada de liberdade e da política de proibição que elege quais drogas serão ilícitas e propagam a crença de que a severa punição e repressão dos traficantes, concebidos como principal mal da existência das drogas, sejam os únicos mecanismos possíveis para inibir usuários e o mercado do tráfico (CORTINA, 2015).

Uma pesquisa realizada pelo NUPEC (Núcleo de Pesquisa em Direitos Humanos e Cidadania) com 35 mulheres apresentou as seguintes características: 65% estavam presas por crimes vinculados ao tráfico de drogas; 77% apresentava histórico de abuso de drogas; 66% estavam desempregadas no momento da prisão; 60% possuíam baixo nível de escolaridade, das quais 57% tinham o ensino fundamental incompleto e 3% eram analfabetas; 51% eram solteiras e 91% eram mães e geralmente as únicas responsáveis pelo sustento dos filhos (as). Igualmente relevante é a grande expressão de mães jovens responsáveis pela renda da família

monoparental que representam um dos perfis de maior vulnerabilidade social no mundo e especialmente no Brasil. Este dado revela que 39% das menores rendas são das mulheres sem cônjuge (CORTINA,2015).

Logo, não é meramente coincidência que os dados sobre o perfil da mulher em situação de prisão revelem jovens, negras, de baixa renda com filhos (as) e responsáveis por seu sustento. Entretanto, não é a intenção que se estabeleça uma ideia de relação direta e reducionista entre estes fatores – principalmente à prática de crimes relacionados apenas ao tráfico – e o cárcere feminino, mas que se compreendam essas variáveis como fatores complexos e relevantes as análises desta temática (CORTINA, 2015). Dessa maneira, a relevância desse conteúdo está em oferecer possibilidades para que se possa estudar mais a fundo a relação entre as variáveis aqui propostas além de idealizar programas de políticas públicas que atendam essa população jovem visando promover uma estrutura de fatores protetivos quanto às consequências de uma gravidez precoce que pode incluir a entrada no mercado ilícito das drogas e outros crimes.

Por fim, ainda que os propósitos deste estudo não tenham como objetivo principal entender a relação da gravidez adolescente e o cárcere de mulheres unicamente através da ótica do tráfico de drogas, frisa-se novamente que não faria sentido discutir essa relação e entender os mecanismos que estão por trás do encarceramento feminino no Brasil sem considerar o envolvimento com o mercado ilícito de drogas, visto que este determina de forma significativa o aprisionamento de mulheres no território nacional.

Isto posto, esta pesquisa teve como objetivo principal propor a interpretação da experiência pessoal de gravidez no período da adolescência vivenciada por uma mulher egressa ao sistema penal e relacioná-la as consequências que acompanham esse fenômeno, como abandono escolar, perdas sociais e familiares entre outras. Nesse sentido, era necessário analisar os aspectos sociais que estão relacionados à gravidez na adolescência, assim como o papel da família e da escola na educação sexual dos jovens adolescentes e suas significações e, ainda, relacionar o relato da participante – enquanto egressa ao cárcere – sobre os significados e sentidos da maternidade precoce e os efeitos que pôde vivenciar em consequência deste período aos conteúdos teóricos sobre a temática.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

2.1. TIPO DE PESQUISA

A abordagem desta pesquisa é de classificação qualitativa, ou seja, uma análise fundamentalmente interpretativa que, a partir da descrição dos fenômenos e da participante, fez-se a identificação de temas ou categorias das quais puderam ser interpretadas conclusões e/ou indagações (WOLCOTT, 1994). De natureza básica, pois, visou à aquisição de um conhecimento sobre o comportamento e os processos mentais em uma determinada situação e procurou testar uma teoria (SHAUGHNESSY, ZECHMEISTER, ZECHMEISTER, 2012). Com objetivo de pesquisa exploratório, pois proporcionou uma maior familiaridade com o tema e construiu hipóteses sobre tal, isto é, dispôs-se principalmente a aprimorar as ideias propostas; e, por último, previa um procedimento para coleta de dados de pesquisa de campo, já que procurava o aprofundamento da problemática proposta em detrimento da distribuição das características da população pesquisada seguindo certas variáveis, ou melhor, estudar um único grupo e suas estruturas sociais evidenciando a interação entre elas (GIL, 2002). Contudo, devido a situação de pandemia e as recomendações de afastamento social a coleta foi realizada remotamente através da realização da entrevista via aplicativo “Whastapp”.

2.2. PARTICIPANTE

Visando atingir os objetivos desta pesquisa, foram elencados como critérios de inclusão para a seleção da participante: uma mulher com um ou mais filhos nascidos vivos no período em que a mãe se encontrava na adolescência (entre 10 a 19 anos¹), com histórico criminal e egressa ao sistema penal. Essa mulher, maior de 18 anos, se propôs a participar do estudo de maneira voluntária e foi contatada em razão do auxílio concedido pela instituição “Capelania Prisional Batista”, cujas atividades de acolhimento a mulheres encarceradas estavam suspensas devido a pandemia do vírus Sars-Cov-19, mas, ainda assim, a fundação se propôs a intermediar a comunicação com algumas mulheres que já haviam recebido algum tipo de assistência do projeto e, dessa forma, pôde facilitar o contato com a participante desse estudo.

¹ Faixa etária definida pela Organização Mundial de Saúde como adolescência.

2.3. LOCAL

Os dados foram coletados, a partir de uma entrevista semiestruturada, de maneira remota através do aplicativo de comunicação “Whatsapp” visto que, devido as medidas de restrição contra o contágio pelo vírus causador da Covid-19, a proposta inicial deste projeto sofreu rearranjos e, dentro desse cenário, a organização de acolhimento a mulheres em situação de privação de liberdade que aceitou a parceria com esse estudo se localizava na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, sendo assim, a participante do estudo também reside nesta mesma região.

Quanto à organização amiga desta pesquisa, trata-se de uma instituição de cunho religioso “Capelania Prisional Batista Missão Alma Livre” costumava atuar, com ajuda de voluntários, nos presídios da região de Belo Horizonte arrecadando doações e dando apoio jurídico e religioso além de contar com o suporte da “Casa Alma Livre” a qual oferecia amparo e auxílio as mulheres egressas ao sistema penal, ou em condição de risco social, e seus filhos.

2.4. INSTRUMENTOS E MATERIAIS

Para fins de obtenção dos objetivos desta pesquisa aplicou-se uma entrevista guiada (semiestruturada), vide apêndice A – posteriormente transcrita e analisada – no intuito de entender os aspectos da experiência pessoal da entrevistada sobre sua vivência de gravidez na adolescência considerando sua história criminal e a condição de passagem pelo cárcere. O modelo de entrevista, vide apêndice, contendo as perguntas exploradas foi pensado com o propósito de abrir espaço para que a mulher entrevista pudesse se sentir propriamente livre para respondê-las. Assim sendo, elaborou-se este item na configuração de quinze perguntas a serem dissertadas, e organizadas de tal maneira a supor que as últimas questões possam ter um caráter pouco mais constrangedor e, por isso, faziam mais sentido serem expostas ao final do contato, pois presumia-se, a esse ponto, um maior vínculo com o entrevistador.

O método da entrevista guiada pressupõe que o pesquisador, com conhecimento prévio dos aspectos que deseja estudar, deverá estipular alguns critérios a serem tratados na entrevista. Dessa forma, a formulação das perguntas, assim como a quantidade delas dependerá do pesquisador, entretanto, o participante terá liberdade em expressar-se como quiser. No momento da elaboração do guia de entrevista, é necessário que o pesquisador se coloque no lugar dos participantes e

compreenda que, no caso de perguntas mais delicadas, estas deverão ser tratadas ao final da entrevista, pois, entende-se que, durante o processo, será construída uma melhor comunicação entre entrevistador e entrevistado. Outro ponto a se considerar na estruturação dos questionamentos é a importância de evitar perguntas que dirijam a resposta do indivíduo em direção às expectativas do pesquisador (RICHARDSON, 2012).

2.5. PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

Considerando o tema desta pesquisa, inicialmente visava-se uma coleta de dados baseada em entrevistas semiestruturadas realizadas individualmente com 3 mulheres privadas de liberdade cumprindo pena numa penitenciária feminina no interior do estado de São Paulo, todavia, em decorrência do contexto pandêmico, essa proposta sofreu alterações, sendo assim, as participantes passaram a ser mulheres egressas ao sistema penal que obtiveram algum tipo de assistência oferecida pela “Missão Alma Livre” – organização facilitadora para a realização desse estudo.

Para tanto, a coleta de dados desse estudo teve sua base atrelada a elaboração de um modelo de entrevista semiestruturada cujas perguntas se fundamentam nos estudos apresentados neste projeto, assim como nos objetivos desta discussão. Desta forma, os questionamentos foram desenvolvidos no intuito de entender a perspectiva da entrevistada sobre, fundamentalmente, três grandes aspectos que abrangem o problema desta pesquisa, isto é, a vivência da sexualidade dessas mulheres antes de engravidar e seus conhecimentos prévios sobre os métodos contraceptivos; suas concepções subjetivas sobre as relações sociais e afetivas durante o processo de gestação; e os sentimentos e dificuldades vividas por consequência da gravidez adolescente, além de, principalmente, procurar entender se, de fato, o fator gravidez na adolescência ultrapassa de alguma forma as motivações criminais destas mulheres.

Isto posto, considerando o planejamento inicial desta pesquisa, era necessário o contato formal com a instituição prisional para que se estabelecesse a autorização do estudo, no entanto, duas situações impossibilitaram a ida a campo: a conjuntura de pandemia da COVID-19, e a desativação do Comitê de Ética em Pesquisas da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) em 2019 – responsável pelas anuências de pesquisas nas unidades prisionais do estado de São Paulo – que até o momento da solicitação, não pôde ceder a aprovação do estudo, visto que a própria secretaria ainda estava em processo de reorganização diante da desativação do

Comitê de Ética e a atual crise sanitária. Desta forma, deu-se início a busca de organizações que prestassem serviços a mulheres egressas ao cárcere.

Dessa maneira, após estabelecer o vínculo com a entidade colaboradora, instituiu-se diálogo com duas mulheres – as quais previamente obtiveram auxílio da instituição – voluntárias a participar das entrevistas. No entanto, ao decorrer da segunda entrevista conheceu-se que, na realidade a participante não preenchia os requisitos desta pesquisa e, por esse fato, apenas uma das participantes se tornou pertinente aos objetivos aqui propostos.

2.6. PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DE DADOS

Tendo em vista os conteúdos que surgiram na entrevista, e os estudos teóricos relevantes e recentes a esta discussão – os quais, sendo datados dos últimos 5 anos, foram resgatados em bases de dados como BVS-psi, PsycINFO, Pepsic e Periódicos CAPES – os resultados desta pesquisa foram baseados numa Análise de Conteúdo, já que esta permite uma forma mais objetiva para a interpretação dos materiais e suas aplicações sociais, além de possibilitar a compreensão do pensamento do sujeito entrevistado através de uma concepção transparente da linguagem (CAREGNATO; MUTTI, 2006).

As respostas da entrevista foram transcritas de forma a manter a fidelidade ao relato do indivíduo e o conteúdo analisado conforme a proposta de Aguiar e Ozella (2006) para os Núcleos de Significação. Isto posto, tal instrumento foi pensando como principal recurso a ser utilizado nesta análise de dados, podendo proporcionar o alicerce para a apresentação dos resultados e discussões aqui obtidos por meio de 4 pilares, são eles: a leitura flutuante e a organização do material em pré-indicadores; os indicadores e conteúdos temáticos; a construção e análise dos núcleos de significação e, por fim, a análise dos núcleos (AGUIAR; OZELLA, 2013).

Esclarecendo sucintamente essas etapas, e a proposta metodológica dos Núcleos de Significação, faz-se necessário destacar a dimensão metodológica histórico-dialético e seu objetivo de instrumentalizar o pesquisador dentro da perspectiva sócio-histórica (AGUIAR; SOARES; MACHADO, 2015). Portanto, apoiados na importância, postulada por Vigotski, de um método que abrangesse a complexidade do homem e suas funções psíquicas de modo a mediá-las a aplicação do marxismo à ciência, Aguiar e Ozella (2013) propõem o Núcleo de Significação como instrumento para apreensão da constituição dos sentidos considerando

aspectos teóricos-metodológicos desenvolvidos por Vigotski como as categorias de linguagem e pensamento e as noções de significado e sentido.

Isto posto, a etapa de organização dos pré-indicadores, propõe que, após a transcrição da entrevista, o pesquisador – considerando o objetivo de analisar o sujeito dentro de suas condições histórico-sociais constituintes –, a partir da leitura flutuante, evidencia os mais diversos temas por meio de sua repetição, ou seja, entendendo a importância da fala através da carga emocional, de suas ambivalências e contradições, o autor classifica os pré-indicadores – seja pela frequência, repetição, reiteração – que construirão o núcleos futuros (AGUIAR; OZELLA, 2006).

Em um segundo momento, Aguiar e Ozella (2006) postulam que pesquisador estruture os chamados indicadores através da aglutinação dos pré-indicadores sejam pela similaridade, complementariedade ou contraposição. Em seguida, dá-se início a terceira etapa, a constituição dos núcleos, os quais, por meio da releitura do material e dos conjuntos de indicadores, serão formados, novamente, a partir de um processo de articulação – também considerando os conteúdos semelhantes, complementares e contraditórios – que possibilita a análise para além da aparência considerando as condições subjetivas, contextuais e históricas. A expectativa é que, para avançar ao processo de análise, existam um número reduzido de núcleos de modo que não aconteça a regressão aos indicadores.

Por último, em um processo intra e inter-núcleo, é possível instituir a análise dos núcleos explicitando as semelhanças e contradições podendo revelar o movimento do sujeito. A análise não deve se restringir somente a fala da participante mas deve ser vinculada ao contexto social, econômico, político e cultural permitindo a ampliação de compreensão do sujeito. Nesse sentido, identifica-se, ao avançar do modo empírico para o interpretativo, o sentido do discurso, ou seja, caminha-se, a partir da fala exterior, para um plano mais interiorizado e para o pensamento em si (AGUIAR; OZELLA, 2006).

2.7. CUIDADOS E ASPECTOS ÉTICOS

Tendo em vista o envolvimento de seres humanos para fins desta pesquisa – considerando que esta havia passado pelo aceite no Comitê de ética local e está respeitando as normas da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde – era necessário que a participante estivesse ciente de sua condição voluntária, ou seja, de seu direito em não responder ou desistir do processo a qualquer momento, além de

conhecer os riscos que poderão surgir diante a entrevista. Tais categorias foram esclarecidas previamente por meio dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (anexo A) que descreve as condições de risco à participante que poderão envolver constrangimento, reações emocionais como ansiedade e desconforto em relação à temática já que abrange conteúdos de experiências subjetivas. Nesses casos, o pesquisador careceria de acolher as demandas emergentes e permitir que se suspendesse o procedimento se assim desejasse a entrevistada e, com seu consentimento e desejo, retomar os questionamentos em momento mais oportuno. Além disso, em situações mais graves, o entrevistador deveria encaminhar a participante para o serviço de acolhimento psicológico da instituição. Também deveria constar nos termos de esclarecimento, de forma simples e acessível, os objetivos desta pesquisa, suas contribuições sociais e os detalhes do processo de entrevista que contém a participação da entrevistada.

3 RESULTADOS

Após a aplicação do modelo de entrevista semiestruturada, a qual foi construída pensando em atingir os objetivos desta pesquisa, a mesma foi transcrita e analisada a partir da organização metodológica dos Núcleos de Significação. Nesse sentido, os resultados obtidos foram articulados em tabelas de modo a facilitar a visualização do processo percorrido. Pensando nisso, acredita-se que a especificação do caminho trilhado até a estruturação dos núcleos é mais didática quando descrita no sentido inverso, por exemplo, o primeiro núcleo obtido é chamado de X e foi composto pelos indicadores Y e Z os quais compreendem os pré-indicadores A, B e C.

No caso da pesquisa aqui apresentada, optou-se, na maioria dos casos, por utilizar falas retiradas na íntegra do discurso da participante para caracterizar ambos pré-indicadores e indicadores, sendo que o discurso mais expressivo e ecumênico dentre os pré-indicadores dá origem ao nome do indicador.

Ao todo obteve-se a formulação de 4 (quatro) núcleos, os quais podem ser apresentados da seguinte maneira: em primeiro lugar, na **Tabela 1**, o núcleo **“A experiência no processo de instruções quanto a sexualidade e a gravidez na adolescência”** foi composto por 2 (dois) indicadores, são eles “só quando eu ganhei que eu descobri que era uma criança” e “por falta de conhecimento eu iniciei (a vida sexual) aos 14 anos 'né!...”. O primeiro indicador compreende 5 (cinco) pré-indicadores – “... eu não tinha conhecimento sobre métodos anticonceptivos...”; “... eu

não recebi nenhuma instrução na escola..."; "... só quando eu ganhei que eu descobri que era uma criança."; "... tive sim mais uma gestação (no período da adolescência entre 10 e 19 anos), mas aí... aí eu já sabia o que era 'tá' grávida" e "... eu continuei frequentando (a escola) antes de ter o bebê porquê até mesmo eu não sabia que eu estava grávida..." – enquanto o segundo abarca 3 (três) pré-indicadores – "... por falta de conhecimento eu iniciei (a vida sexual) aos 14 anos 'né'..."; "... eu não tive nem pai nem mãe para explicar ou então alguém que me explicasse..." e "... fui criada pela minha avó e meu avô e na época eles já eram muito idosos então eles mal sabiam 'né'... procurar a respeito de auxílios para gente mesmo sobre sexualidade..."

Tabela 1 – Processo de organização do primeiro núcleo

| PRÉ-INDICADORES | INDICADORES | NÚCLEO |
|--|---|---|
| "... eu não tinha conhecimento sobre métodos anticoncepcionos..." | só quando eu ganhei que eu descobri que era uma criança | A experiência no processo de instruções quanto a sexualidade e a gravidez na adolescência. |
| "... eu não recebi nenhuma instrução na escola..." | | |
| "... só quando eu ganhei que eu descobri que era uma criança." | | |
| "... tive sim mais uma gestação (no período da adolescência entre 10 e 19 anos), mas aí... aí eu já sabia o que era 'tá' grávida." | | |
| "... eu continuei frequentando (a escola) antes de ter o bebê porquê até mesmo eu não sabia que eu estava grávida..." | | |
| | | |
| | | |

| | | |
|--|--|--|
| "... por falta de conhecimento eu iniciei (a vida sexual) aos 14 anos 'né'..." | por falta de conhecimento eu iniciei (a vida sexual) aos 14 anos 'né'... | |
| "... eu não tive nem pai nem mãe para explicar ou então alguém que me explicasse..." | | |
| "... fui criada pela minha avó e meu avô e na época eles já eram muito idosos então eles mal sabiam 'né'... procurar a respeito de auxílios para gente mesmo sobre sexualidade..." | | |

Já na **Tabela 2**, apresentamos o núcleo denominado **“As redes de apoio, antes, durante e após a gravidez – situação social vulnerável”**, o qual é formado por 2 (dois) indicadores: “eu não tinha auxílio da escola” e “o apoio que eu tive foi depois, de alguns amigos ‘né’, minha irmã, mas fora isso eu tive que amadurecer rápido”. O primeiro indicador compreende 3 (três) pré-indicadores – “... eu não tinha auxílio da escola...”; “eu continuei frequentando (a escola) antes de ter o bebê porquê até mesmo eu não sabia que eu estava grávida. ” e “... eu não recebi nenhuma instrução da escola...”, ao passo que o segundo indicador inclui 7 (sete) pré-indicadores – “...não tinha auxílio do meu vô e da minha vó, meu pai e minha mãe ‘né’...”; “... meu pai era separado da minha mãe e tinha outra mulher e a minha mãe faleceu quando eu tinha 5 anos de idade...”; “...eu não tive muito apoio da minha família porque meus avós já eram muito idosos e do pai da criança muito menos...”; “É o mesmo pai (das duas gestações adolescentes), mas só que ele não se faz presente, ele vê as crianças só de vez em quando e mesmo assim não ajuda com nada”; “... o apoio que eu tive foi depois, de alguns amigos ‘né’, minha irmã, mas fora isso eu tive que amadurecer rápido.”; “...eu vi o desespero que eu passava na minha infância, passando fome na minha infância...”; “...eles (avós) mal sabiam ‘né’ procurar a respeito de auxílios para gente mesmo sobre (...) alimentação...”.

Tabela 2 – Processo de organização do segundo núcleo

| PRÉ-INDICADORES | INDICADORES | NÚCLEO |
|--|---|---|
| <p>“... eu não tinha auxílio da escola...”</p> | <p>eu não tinha auxílio da escola</p> | <p>As redes de apoio, antes, durante e após a gravidez – situação social vulnerável.</p> |
| <p>eu continuei frequentando (a escola) antes de ter o bebê porquê até mesmo eu não sabia que eu estava grávida..</p> | | |
| <p>“... eu não recebi nenhuma instrução da escola...”</p> | | |
| <p>“...não tinha auxílio do meu vô e da minha vó, meu pai e minha mãe ‘né’...”</p> | <p>o apoio que eu tive foi depois, de alguns amigos ‘né’, minha irmã, mas fora isso eu tive que amadurecer rápido</p> | |
| <p>“... meu pai era separado da minha mãe e tinha outra mulher e a minha mãe faleceu quando eu tinha 5 anos de idade...”</p> | | |
| <p>“...eu não tive muito apoio da minha família porque meus avós já eram muito idosos e do pai da criança muito menos...”</p> | | |
| <p>“É o mesmo pai (das duas gestações adolescentes), mas só que ele não se faz presente, ele vê as crianças só de vez em quando e mesmo assim não ajuda com nada”.</p> | | |
| <p>“... o apoio que eu tive foi depois, de alguns amigos ‘né’, minha irmã, mas fora isso eu tive que amadurecer rápido.”</p> | | |

| | | |
|---|--|--|
| <p>“...eu vi o desespero que eu passava na minha infância, passando fome na minha infância...”</p> | | |
| <p>“...eles (avós) mal sabiam ‘né’ procurar a respeito de auxílios para gente mesmo sobre (...) alimentação...”</p> | | |

A **Tabela 3** exibe o núcleo designado como **“A vivência subjetiva da gravidez adolescente e da prática de delitos”** o qual está constituído por 3 (três) indicadores: “as pessoas já não me tratavam mais do jeito que era..”; “foi um período muito, muito tenso ‘né’ e “meus filhos são a coisa que eu mais amo no mundo”. O primeiro indicador citado constitui-se por 6 (seis) pré-indicadores – “...ainda mais para a gente que tem a prematuridade de não saber os cuidados específicos, é uma criança cuidando de outra criança...”; “...geralmente, resumindo que acaba sempre ficando para mãe ‘né’, então eu tive que aprender, eu tive que amadurecer logo, praticamente de um dia para o outro, tive que aprender ser pai e mãe, assim como eu sou até hoje...”; “...as pessoas já não me tratavam mais do jeito que era...”; “Não, nunca pensei não...” (em interromper as gestações na adolescência).; “...minha vida pessoal virou do avesso porque eu adquiri processo na justiça, por causa que eu fui iludida por um ganho para poder sustentar meus filhos, que na verdade me trouxe muita dor de cabeça, que foi ter entrado no mundo do crime...” e “... foi a única porta que eu achei aberta, que eu achava que estava aberta, para o bem das minhas crianças e o meu também ‘né’ (...) foi uma criança que agiu sem pensar nas consequências...” – o segundo indicador construído por 2 (dois) pré-indicadores – “...foi um período muito, muito tenso ‘né’” e “Por eu ser uma criança senti o sentimento de medo, frustração, de incerteza, insegurança, abandono... assim... me senti um vazio também ‘né’ (...) foi assim... muito apavorante ‘né’ pra mim que era uma criança na época.” – e, o terceiro indicador está formado também por 2 (dois) pré-indicadores – “Olha prejuízo (por ter engravidado na adolescência) não porque meus filhos são a coisa que eu mais amo no mundo...” e “...por eu ter engravidado muito cedo, também ajudou porque eu vi o desespero que

eu passava na minha infância (...) fui ver o desespero que seria a mesma coisa na vida das minhas filhas...”

Tabela 3 – Processo de organização do terceiro núcleo

| PRÉ-INDICADORES | INDICADORES | NÚCLEO |
|---|--|--|
| <p>“...ainda mais para a gente que tem a prematuridade de não saber os cuidados específicos, é uma criança cuidando de outra criança...”</p> | <p>as pessoas já não me tratavam mais do jeito que era..</p> | <p>A vivência subjetiva da gravidez adolescente e da prática de delitos</p> |
| <p>“...geralmente, resumindo que acaba sempre ficando para mãe ‘né’, então eu tive que aprender, eu tive que amadurecer logo, praticamente de um dia para o outro, tive que aprender ser pai e mãe, assim como eu sou até hoje...”</p> | | |
| <p>“,,as pessoas já não me tratavam mais do jeito que era...”</p> | | |
| <p>“Não, nunca pensei não...” (em interromper as gestações na adolescência).</p> | | |
| <p>“...minha vida pessoal virou do avesso porque eu adquirei processo na justiça, por causa que eu fui iludida por um ganho para poder sustentar meus filhos, que na verdade me trouxe muita dor de cabeça, que foi ter entrado no mundo do crime...”</p> | | |
| <p>“... foi a única porta que eu achei aberta, que eu achava que estava aberta, para o bem das minhas</p> | | |

| | | |
|--|--|--|
| crianças e o meu também 'né' (...) foi uma criança que agiu sem pensar nas consequências..." | | |
| "...foi um período muito, muito tenso 'né'. | | |
| "Por eu ser uma criança senti o sentimento de medo, frustração, de incerteza, insegurança, abandono... assim... me senti um vazio também 'né' (...) foi assim... muito apavorante 'né' pra mim que era uma criança na época. | foi um período muito, muito tenso 'né | |
| "Olha prejuízo (por ter engravidado na adolescência) não porque meus filhos são a coisa que eu mais amo no mundo..." | | |
| "...por eu ter engravidado muito cedo, também ajudou porque eu vi o desespero que eu passava na minha infância (...) fui ver o desespero que seria a mesma coisa na vida das minhas filhas..." | meus filhos são a coisa que eu mais amo no mundo | |

Por fim, a **Tabela 4** manifesta o núcleo titulado como **“Consequências sociais da gravidez na adolescência para jovens em situação de vulnerabilidade”** e explicita 4 (quatro) pré-indicadores: “eu só consegui terminar meus estudos depois de velha já, muito velha”; “desemprego”; “preconceito” e “contexto de criminalidade”. O primeiro indicador foi organizado através de 3 (três) pré-indicadores – “...na primeira e na segunda gestação aconteceu a mesma coisa, eu não tive como terminar meus

estudos, não tive como voltar a estudar...”; “...eu só consegui terminar meus estudos depois de velha já, muito velha...”; “...’teve’ um dia que eu passei mal, aí me levaram para o hospital (...), o médico descobriu que eu ‘tava’ grávida encaminhou para maternidade, o bebê ‘foi’ nasceu (...) nisso daí eu não tive como voltar mais pra escola.”. O segundo indicador está estruturado em 2 (dois) pré-indicadores – “Encontrei sim, demais (dificuldade para entrar no mercado de trabalho) (...) quando falava que tinha filho aí eles arrumavam 1001 desculpas e não efetivava a contratação” e “...não ter conseguido emprego em lugar nenhum, alguém que me ajudasse, me auxiliasse (...)”. O terceiro indicador revela 2 (dois) pré-indicadores – “...mudou muita coisa, as pessoas já não me tratavam mais do jeito que era, as mães proibiam as minhas amiguinhas de brincar comigo por causa que eu engravidei cedo...” e “...as pessoas ‘né’, eu chegava as pessoas saíam...”. Por fim, o quarto e último indicador estruturou-se com 3 (três) pré-indicadores – “Eu já tinha ‘né’ testemunhado e cheguei a cometer (delitos antes e durante a gestação) ”; “foi a única porta que eu achei aberta (prática de delitos) (...) para o bem das minhas crianças e do meu também...” e “...foi o único ‘né’, entre aspas, o serviço que eu achei ‘pra’ fazer...”.

Tabela 4 – Processo de organização do quarto núcleo

| PRÉ-INDICADORES | INDICADORES | NÚCLEO |
|---|--|--------|
| “...na primeira e na segunda gestação aconteceu a mesma coisa, eu não tive como terminar meus estudos, não tive como voltar a estudar...” | eu só consegui terminar meus estudos depois de velha já, muito velha | |
| “...eu só consegui terminar meus estudos depois de velha já, muito velha...” | | |
| “...’teve’ um dia que eu passei mal, aí me levaram para o hospital (...), o médico descobriu que eu ‘tava’ grávida encaminhou para maternidade, o bebê ‘foi’ nasceu (...) nisso daí eu não tive como voltar mais pra escola.” | | |

| | | |
|---|----------------------------------|---|
| <p>“Encontrei sim, demais (dificuldade para entrar no mercado de trabalho) (...) quando falava que tinha filho aí eles arrumavam 1001 desculpas e não efetivava a contratação.”</p> | <p>Desemprego</p> | <p>Consequências sociais da gravidez na adolescência para jovens em situação de vulnerabilidade.</p> |
| <p>“...não ter conseguido emprego em lugar nenhum, alguém que me ajudasse, me auxiliasse (...)”</p> | | |
| <p>“...mudou muita coisa, as pessoas já não me tratavam mais do jeito que era, as mães proibiam as minhas amiguinhas de brincar comigo por causa que eu engravidei cedo...”</p> | <p>Preconceito</p> | |
| <p>“...as pessoas ‘né’, eu chegava as pessoas saíam...”</p> | | |
| <p>“Eu já tinha ‘né’ testemunhado e cheguei a cometer (delitos antes e durante a gestação)”</p> | <p>Contexto de criminalidade</p> | |
| <p>“foi a única porta que eu achei aberta (prática de delitos) (...) para o bem das minhas crianças e do meu também...”</p> | | |
| <p>“...foi o único ‘né’, entre aspas, o serviço que eu achei ‘pra’ fazer...”</p> | | |

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Conforme apresentado anteriormente, o resultado da entrevista alvo desta investigação foi dividida em 4 núcleos que aqui rerepresentaremos para a análise e discussão dentro do referencial teórico da Psicologia Sócio-histórica. Nesse sentido, no intuito de dar início as análises mais profundas do discurso da participante, é relevante compreender, em primeiro lugar, algumas concepções teóricas que dão base às observações aqui estabelecidas.

Isto posto, considerando as bases do materialismo histórico – princípio primordial para a psicologia sócio histórica – disserta-se brevemente que o homem só existe na atividade que desempenha em relação ao meio, de modo a se adaptar a ele, entretanto, somente através dessa relação não é possível compreender a complexidade da vida social humana, ou seja, outras relações como o trabalho (atividade que consiste na possibilidade de se tornar social) e a técnica (matéria ou base concreta da estrutura social) formam essa organização de vida social e a evolução humana (TCKESKISS, 2019).

Quando falamos da técnica – ou melhor, os instrumentos concebidos pelo homem em seu processo de adaptação a natureza – como alicerce social, nos referimos tanto à matéria propriamente dita, mas também à dependência dessa esfera à sociedade e às relações estabelecidas pelos homens na dinâmica do trabalho e, nesse sentido, é necessário firmar alguns princípios ideológicos como a linguagem que, ao preceder o desenvolvimento científico, precede, da mesma forma, a técnica (TCKESKISS, 2019).

Pensando nisso, partimos para uma breve exposição da teoria vigotskiana acerca do pensamento e da linguagem, componentes alvo da investigação metodológica proposta para essa discussão. Para Vigotski (2008), o pensamento verbal não é um comportamento inato, mas sim determinado pelo processo histórico e cultural, portanto, deve-se considerá-lo como submetido aos princípios do materialismo histórico e, por ultrapassar os limites das ciências naturais torna-se um problema de domínio da psicologia social.

Elencando alguns conceitos chaves propostos por Vigotski (2008), e que têm coerência com a metodologia de apreensão de sentidos aplicada no discurso da participante desta pesquisa, cita-se, primeiramente, o *significado* de uma palavra que, de maneira grosseira, é a generalização de um conceito – por essa lógica é possível afirmar que o significado faz parte do fenômeno do pensamento, visto que, as

generalizações e conceitos são, evidentemente, atos de pensar –, entretanto, o significado é uma formação dinâmica que evolui e, portanto, se transforma na medida em que as formas de pensar também se alteram. Por outro lado, o *sentido* de uma palavra está relacionado aos fenômenos psicológicos que tal palavra desperta no sujeito, isto, é, em comparação ao *significado*, este nada mais é do que uma zona de sentido pouco mais estável, ou melhor, o *sentido* se modifica diante de situações enriquecendo as palavras frente aos diferentes contextos.

Por último, Vigotski (2008) propõe que ao analisarmos o pensamento, é importante entender que este é gerado pela motivação, ou seja, nossos desejos, necessidades, interesses e emoções, isto é, o alcance da verdadeira compreensão do pensamento de um indivíduo só é possível quando se conhecem as tendências de ordem afetiva e de desejo que se estabelecem nos bastidores de todos os pensamentos.

Com isso, começamos então a análise de fato do discurso alvo desta proposta de pesquisa pelo primeiro núcleo **“A experiência no processo de instruções quanto a sexualidade e a gravidez na adolescência”**, o qual está composto por 2 (dois) indicadores:

- O primeiro indicador (*só quando eu ganhei que eu descobri que era uma criança*) compreende 5 (cinco) pré-indicadores: "... eu não tinha conhecimento sobre métodos anticoncepcionais..."; "... eu não recebi nenhuma instrução na escola..."; "... só quando eu ganhei que eu descobri que era uma criança."; "... tive sim mais uma gestação (no período da adolescência entre 10 e 19 anos), mas aí... aí eu já sabia o que era 'tá' grávida" e "... eu continuei frequentando (a escola) antes de ter o bebê porquê até mesmo eu não sabia que eu estava grávida...".
- O segundo indicador (*por falta de conhecimento eu iniciei (a vida sexual) aos 14 anos 'né'*) compreende 3 (três) pré-indicadores: "... por falta de conhecimento eu iniciei (a vida sexual) aos 14 anos 'né'..."; "... eu não tive nem pai nem mãe para explicar ou então alguém que me explicasse..." e "... fui criada pela minha avó e meu avô e na época eles já eram muito idosos então eles mal sabiam 'né'... procurar a respeito de auxílios para gente mesmo sobre sexualidade...".

Tais indicadores revelam a ausência de conhecimento sobre a sexualidade e aspectos relacionados a reprodução por falta de orientação da família e da escola e,

nesse sentido, faz-se relevante entender, em primeiro lugar, o contexto histórico, principalmente, da educação sexual no país no intuito de compreender a condição estrutural do discurso da participante. Pensando nisso, a história da educação sexual no Brasil, tem, por convenção, visto que não há uma clareza desses fatos, seu início marcado no século XX, entretanto, é fato que os primeiros marcos ligados a esse período dizem respeito a uma noção de repressão e uma visão médico-biologista da sexualidade, fato que se revela na primeira publicação acadêmica ligada a educação sexual, isto é, uma obra médica de cunho moralista com objetivo de “preparar” a mulher para o exercício do papel de esposa (FILHO, 2019).

Expondo resumidamente a historicidade da educação sexual no contexto brasileiro, para Pirotta *et al.* (2013) é a partir dos anos 60 que ocorrem de fato algumas experiências formais deste domínio no campo da educação, contudo, essas ações logo são suspensas após o período do golpe militar – Filho (2019) nos lembra da importância de figuras corajosas que, durante esse período de censura e perseguição, continuaram insistindo na educação e construção de espaços para troca de informações e se comprometendo com adolescentes e mulheres periféricas podendo esclarecer aspectos ligados a sexualidade –. Já os anos 70 são marcados pela instituição da obrigatoriedade da inclusão de programas voltados a saúde na grade curricular.

Mais adiante, a década de 80 é fortemente lembrada pelo debate a respeito das ISTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis) – particularmente a AIDS (condição de manifestação do quadro patológico causado pelo vírus HIV) em função de suas profundas e complexas consequências sociais causadas na época –, entretanto, mais uma vez, essas ações estavam movidas por questões higienistas (FILHO, 2019). Ainda nessa mesma década, a Constituição de 1988 e a estruturação do ECA avançam democraticamente a defesa dos direitos das crianças e adolescente, de modo a garantir legalmente a este público o acesso a serviços de saúde e, dentro deles, o cuidado com a sexualidade (VIEIRA; MATSUKURA; VIEIRA, 2017).

A partir dos anos 90 há uma maior expansão do debate em âmbitos acadêmicos e das tentativas de incluir a temática da sexualidade nos parâmetros curriculares nacionais. Além disso, há também o direcionamento de políticas públicas voltadas ao combate à violência, desemprego, práticas sexuais e vida reprodutiva dos adolescentes, entretanto, apesar desses avanços, ainda se concentra uma visão de problema social em relação à população jovem, de modo a culpabilizar o indivíduo na

tentativa de cercear sua sexualidade o que, por consequência, acaba por afastá-lo da possibilidade de criar um debate mais crítico e plural (PIROTTA *et al.*, 2013).

Compreendendo o cenário mais atual das políticas públicas voltadas a educação sexual, o estudo de Vieira, Matsukura e Vieira (2017), ao investigar os relatos de profissionais tanto da área da educação quanto da saúde, traz a discussão um panorama desconexo entre teoria e prática, isto é, os resultados da pesquisa exibem que a existência dessas políticas não garante sua efetivação. Tal conjuntura é explicada pelo contrassenso entra a aplicabilidade desses programas à realidade sociocultural e econômica dos jovens e das escolas e espaços promotores da educação sexual. Segundo os profissionais do campo falta clareza e escassez quanto aos subsídios oferecidos pelas políticas.

À vista disso, mesmo que as políticas públicas mais recentes almejem uma educação sexual pautada na defesa dos direitos humanos, sexuais e reprodutivos, esse cenário perpetua a educação sexual pautada nos valores morais e pessoais daqueles que a executam, uma vez que também deve-se considerar o setor conservador presente no meio político e religioso, como é o caso da bancada evangélica, que apontam a educação sexual como ideologia que pretende destituir o modelo tradicional da família cristã (FILHO, 2019).

Isto posto, ao analisarmos a maneira como a educação sexual foi estruturada no Brasil não é à toa que suas consequências sejam avassaladoras para a população jovem. Essa conjuntura pode ser percebida no relato da participante principalmente em “... só quando eu ganhei que eu descobri que era uma criança.”; “... tive sim mais uma gestação (no período da adolescência entre 10 e 19 anos), mas aí... aí eu já sabia o que era ‘tá’ grávida” e “... eu continuei frequentando (a escola) antes de ter o bebê porquê até mesmo eu não sabia que eu estava grávida...” – além das outras falas exibidas na construção dos indicadores que promovem a estruturação do primeiro núcleo de análise (vide Tabela 1) – que mostram o efeito da falta de diálogo com as adolescentes sobre questões ligadas a sexualidade.

No caso do discurso analisado nesta pesquisa, sabe-se que “A” – denominação instituída para se referir a mulher entrevista no intuito de preservar sua identidade – carrega em sua história de vida uma precariedade de acesso a informações relacionadas ao campo da sexualidade visto que, em diversas vezes durante seu relato traz essa falta de comunicação tanto por parte da escola, que não proporcionou apoio antes, durante ou depois de sua gestação precoce (aos 14 anos), quanto no

âmbito familiar, visto que, pela falta da mãe e do pai (a primeira já havia falecido e o segundo constituiu outra família), “A” foi educada pelos avós que, segundo ela, por já serem idosos, não puderam proporcionar condições favoráveis ao seu desenvolvimento – essas conjunturas podem ser observadas nas falas “... *eu não tive nem pai nem mãe para explicar ou então alguém que me explicasse...*” e “... *fui criada pela minha avó e meu avô e na época eles já eram muito idosos então eles mal sabiam 'né'... procurar a respeito de auxílios para gente mesmo sobre sexualidade...*”. Nesse sentido, “A” reafirma que seu desconhecimento e desamparo foi tanto que nem mesmo lhe foi dada a oportunidade de saber identificar a gravidez, fato que a fez entrar em contato com essa realidade de forma súbita no momento de conceber a criança. Pensando no contexto familiar, sabe-se que sua estruturação é de extrema importância no desenvolvimento de crianças e adolescentes e, dessa forma, é imprescindível considerar que os pais ainda são a maior fonte de informação para as questões da sexualidade e nas ocasiões das primeiras relações sexuais e, de acordo com Alves *et al.* (2021), filhos (as) de pais mais instruídos têm menores chances de apresentarem comportamentos de risco no campo da sexualidade.

Diante disso, e das condições históricas já expostas, pode-se perceber que a falta de políticas públicas aplicadas de forma eficaz, tanto no âmbito de prevenção – como é o caso da educação sexual – quanto na proteção das adolescentes que se tornam mães, faz com que casos como o de “A” perdurem.

A gravidez adolescente se apresenta como um problema de saúde pública com sérias consequências individuais, socioeconômicas e biopsicossociais entre elas a responsabilidade de cuidar de uma família, a redução das chances de continuar os estudos e a dificuldade de entrada no mercado de trabalho. Consoante Fernandes *et al.* (2019), o percentual de mulheres que tem a primeira gravidez entre 15 e 19 é o mais elevado em todas as regiões do país, sendo que a maior proporção de meninas que engravidam entre os 12 e 19 anos são pretas (18,4%) ou pardas (18,6%) e, ainda, o estudo de Nery *et al.* (2015) constatou que 87,9% das adolescentes que engravidam entre 15 e 19 anos apresentam reincidência de gravidez no período de dois anos após a primeira gestação. Dados como este colocam o Brasil como um dos países com maior prevalência de gravidez na adolescência no mundo.

O uso de contraceptivos e fatores ligados a educação reduzem consideravelmente o risco da gravidez precoce repetida sendo fatores de proteção importantes nesse sentido (FERNANDES *et al.*, 2019). Nessa perspectiva, os dados

apresentados sobre a gravidez adolescente no Brasil decorrem consideravelmente da preponderância de início da prática sexual sem uso de preservativo entre os adolescentes, além dos fatores socioeconômicos determinantes dos contextos de vulnerabilidade que, de acordo com Alves *et al.* (2021), também são significativos na articulação dos comportamentos adolescentes frente a sexualidade. Para Alves *et al.* (2021) a imaturidade do alto percentual de jovens entre 13 e 15 anos que iniciam a vida sexual constituem fatores de risco relevantes para a saúde sexual e reprodutiva.

Logo, observando essas variáveis em paralelo ao discurso de “A”, fica ainda mais claro que a participante se encontrava – não só no momento de suas gestações precoce, mas também em seu contexto social pregresso e consecutivo a elas – submetida a condições de complexa vulnerabilidade e risco social que podem ser percebidas, além dos outros discursos já apresentados, nas falas “... *eu não tinha conhecimento sobre métodos anticonceptivos...*” e “... *por falta de conhecimento eu iniciei (a vida sexual) aos 14 anos 'né'...*”.

Seguindo essa lógica, mais de uma vez a participante reforça os dizeres “*por falta de conhecimento*” “*eu não tinha conhecimento*” “*eu não tive quem me explicasse*”, o que pode nos levar à seguinte interpretação: seguindo os postulados de Vigotski (2008) podemos dizer, de forma grosseira, que, na tentativa de compreender o caminho do pensamento à linguagem, um dos possíveis trajetos é a passagem dos motivos – nossos, desejos, necessidades, motivações, interesses e emoções – para a configuração dos pensamentos à fala interior e, em seguida aos significados das palavras e, finalmente, às palavras propriamente ditas. Pensando na etapa da fala interior, isto é, a forma como o sentido das palavras se unificam, é possível pensar que, a aparição repetida de palavras muitas vezes absorve as múltiplas variedades de sentido e, portanto, genericamente poderíamos sumarizar que a condição de privação a processos de instrução, educação, suporte familiar e etc. a que “A” estava submetida, por se expressarem diversas vezes em seu discurso, façam parte de sua estrutura não como um processo alheio a sua condição de motivação, ou seja, suas emoções geradoras do pensamento, mas sim partes integradas a ela visto que chegam ao processo da fala exterior com muita clareza. De maneira mais simplificada, presumisse que “A” atualmente possua a clara noção das diversas variáveis de risco social a qual foi exposta em todo seu processo de desenvolvimento e, dessa forma, manifesta essas condições em sua fala exterior.

Isto posto, passemos agora à análise do segundo núcleo estabelecido: **“As redes de apoio, antes, durante e após a gravidez – situação social vulnerável”**, o qual também está composto por 2 (dois) indicadores:

- O primeiro indicador (*eu não tinha auxílio da escola*), com 3 (três) pré-indicadores:

“... eu não tinha auxílio da escola...”;

“eu continuei frequentando (a escola) antes de ter o bebê porquê até mesmo eu não sabia que eu estava grávida. ”

“... eu não recebi nenhuma instrução da escola...”

- O segundo indicador (*o apoio que eu tive foi depois, de alguns amigos ‘né’, minha irmã, mas fora isso eu tive que amadurecer rápido*), com 7 (sete) pré-indicadores:

“...não tinha auxílio do meu vô e da minha vó, meu pai e minha mãe ‘né’...”;

“... meu pai era separado da minha mãe e tinha outra mulher e a minha mãe faleceu quando eu tinha 5 anos de idade...”;

“...eu não tive muito apoio da minha família porque meus avós já eram muito idosos e do pai da criança muito menos...”;

“É o mesmo pai (das duas gestações adolescentes), mas só que ele não se faz presente, ele vê as crianças só de vez em quando e mesmo assim não ajuda com nada”;

“... o apoio que eu tive foi depois, de alguns amigos ‘né’, minha irmã, mas fora isso eu tive que amadurecer rápido.”;

“...eu vi o desespero que eu passava na minha infância, passando fome na minha infância...”;

“...eles (avós) mal sabiam ‘né’ procurar a respeito de auxílios para gente mesmo sobre (...) alimentação...”

Em primeiro lugar, é importante dizer que a investigação mais profunda desta categoria faz mais sentido quando feita a partir de sua relação com o primeiro núcleo já apresentado (*A experiência no processo de instruções quanto a sexualidade e a gravidez na adolescência*), considerando que este estudo pressupõe o método dialético-marxista adotado por Vigotski

[...] Vigotski evidencia sua opção por uma abordagem psicológica comprometida em entender o homem concreto (o ser humano inserido em sua realidade histórica objetiva), reiterando que o psiquismo é - ele também

- uma realidade objetiva que pode ser desvelada por meio da compreensão dialética (ROMANELLI, 2011).

Assim sendo, recuperando também as últimas análises do primeiro núcleo, sabemos que a iniciação precoce da vida sexual é um fator relevante para consequências como a exposição à ISTs e gestações adolescentes ainda mais quando parte significativa dos jovens se abstêm do uso de métodos anticoncepcionais. Nesse sentido, também é relevante discutir que as gestações de repetição no período da adolescência aumentam ainda mais as chances de abandono escolar, dificuldade de acesso ao mercado de trabalho regular e ainda contribuem para as condições de exclusão social e perpetuação da condição de vulnerabilidade e pobreza (MARANHÃO *et. al.*, 2017).

Por conseguinte, ao analisarmos o aspecto central apresentado no segundo núcleo, isto é, as condições de rede de apoio à vivência de gravidez na adolescência, podemos começar entendendo justamente sua ausência, isto é, a condição de vulnerabilidade que, como já citada, pode ser perdurada pela situação de gravidez precoce. Nesse sentido, Souza *et al.* (2019) define a vulnerabilidade social pela

[...] inserção precária no mundo do trabalho e acesso à renda por meios informais, destituição da seguridade social e pela fragilidade das relações sociais e vínculos familiares, sociais ou comunitários, que se configuram como fonte de suporte (CASTEL, 2005). Em um contexto de extrema desigualdade social, as famílias têm encontrado dificuldades para cumprir tarefas básicas de proteção e suporte social aos seus membros mais frágeis e dependentes

No caso de “A”, a particularidade dos relatos “...*não tinha auxílio do meu vô e da minha vó, meu pai e minha mãe ‘né’...*”; “... *meu pai era separado da minha mãe e tinha outra mulher e a minha mãe faleceu quando eu tinha 5 anos de idade...*”; “... *o apoio que eu tive foi depois, de alguns amigos ‘né’, minha irmã, mas fora isso e eu tive que amadurecer rápido*”; “...*eu vi o desespero que eu passava na minha infância, passando fome na minha infância...*” e “...*eles (avós) mal sabiam ‘né’ procurar a respeito de auxílios para gente mesmo sobre (...) alimentação...*”, exibem a carência importante de uma estruturação familiar estável e sua significativa determinação para o agravamento do quadro de risco social da participante, visto que, a disfuncionalidade familiar junto às condições econômicas desfavoráveis, a falta de políticas públicas eficazes e a escassez de promoção da saúde sexual e reprodutiva intensificam ainda mais as consequências negativas da gestação precoce (BETANCUR, 2016).

Para Souza *et al.* (2019), o acesso insatisfatório à renda, escolarização e o mercado de trabalho que afeta a trajetória das famílias também prejudica de forma direta o cuidado com as crianças e adolescentes, o que indiscutivelmente se revela na história de “A” nos momentos em que ela relata ter passado fome quando criança, ter perdido a mãe aos 5 (anos) de idade, o abandono do pai e a debilidade dos cuidados por parte dos avós. Betancur (2019) ainda contribui com esta análise quando afirma a importância da família como rede de apoio para crianças e adolescentes e, na ocasião de ruptura ou fragilidade desses laços, como na conjuntura da participante, a impressão de sofrimento para esses jovens é, de fato, inquestionável.

Não obstante, “A” ainda relata que não pôde contar com o auxílio do pai de seus filhos, ou seja, ambas as gestações que ocorreram na ocasião do seu período adolescente têm como progenitor o mesmo indivíduo que, segundo ela, nunca se fez presente. Nesse sentido, considerando a monoparentalidade de “A” podemos retomar as apresentações de Souza *et al.* (2019) quanto às questões de vulnerabilidade social, visto que os autores citam a alta correspondência famílias cujas mães são a única fonte de sustento e, da mesma forma, únicas responsáveis pelo cuidado dos filhos e da casa.

Ainda nesse sentido, mesmo que nosso objetivo não seja analisar os motivos pelos quais acontecem o abandono parental, faz-se relevante trazer à discussão breves questionamentos, que até mesmo a participante traz em seu discurso em *“...geralmente, resumindo que acaba sempre ficando para mãe ‘né’, então eu tive que aprender, eu tive que amadurecer logo, praticamente de um dia para o outro, tive que aprender ser pai e mãe, assim como eu sou até hoje...”* – descrição esta que já nos antecipa o terceiro núcleo de análise – e que traz em sua raiz o senso comum da idealização de maternidade em contraposição a paternidade opcional como se esta fosse complementar ao exercício materno (CÚNICO; ARPINI, 2017).

Para finalizar a análise deste núcleo, é possível seguir a mesma lógica de interpretação de discurso adotada no primeiro núcleo, visto que, repetidas vezes a participante traz de forma clarividente a relação entre sua condição de vulnerabilidade e risco, as consequências delas advindas e suas repercussões no campo biopsicossocial.

Em seguida, introduz-se a investigação do terceiro núcleo, **“A vivência subjetiva da gravidez adolescente e da prática de delitos”**, constituído por 3 (três) indicadores:

- O primeiro indicador (*as pessoas já não me tratavam mais do jeito que era..*), com 6 (seis) pré-indicadores:

“...ainda mais para a gente que tem a prematuridade de não saber os cuidados específicos, é uma criança cuidando de outra criança...”;

“...geralmente, resumindo que acaba sempre ficando para mãe ‘né’, então eu tive que aprender, eu tive que amadurecer logo, praticamente de um dia para o outro, tive que aprender ser pai e mãe, assim como eu sou até hoje...”;

“...as pessoas já não me tratavam mais do jeito que era...”;

“Não, nunca pensei não...” (em interromper as gestações na adolescência).;

“...minha vida pessoal virou do avesso porque eu adquiri processo na justiça, por causa que eu fui iludida por um ganho para poder sustentar meus filhos, que na verdade me trouxe muita dor de cabeça, que foi ter entrado no mundo do crime...”

“... foi a única porta que eu achei aberta, que eu achava que estava aberta, para o bem das minhas crianças e o meu também ‘né’ (...) foi uma criança que agiu sem pensar nas consequências...”

- O segundo indicador (*foi um período muito, muito tenso ‘né’*), com 2 (dois) pré-indicadores:

“...foi um período muito, muito tenso ‘né’”

“Por eu ser uma criança senti o sentimento de medo, frustração, de incerteza, insegurança, abandono... assim... me senti um vazio também ‘né’ (...) foi assim... muito apavorante ‘né’ pra mim que era uma criança na época.”

- O terceiro indicador (*meus filhos são a coisa que eu mais amo no mundo*), também com 2 (dois) pré-indicadores:

“Olha prejuízo (por ter engravidado na adolescência) não porque meus filhos são a coisa que eu mais amo no mundo...”

“...por eu ter engravidado muito cedo, também ajudou porque eu vi o desespero que eu passava na minha infância (...) fui ver o desespero que seria a mesma coisa na vida das minhas filhas...”

Da mesma forma que se encerra a análise do último núcleo, dá-se início a investigação deste, ou seja, pelas questões que envolvem a monoparentalidade materna e suas consequências. Nesse sentido, lembremo-nos das seguintes falas apresentadas pela participante: “...geralmente, resumindo que acaba sempre ficando para mãe ‘né’, então eu tive que aprender, eu tive que amadurecer logo, praticamente

de um dia para o outro, tive que aprender ser pai e mãe, assim como eu sou até hoje...”; “...minha vida pessoal virou do avesso porque eu adquiri processo na justiça, por causa que eu fui iludida por um ganho para poder sustentar meus filhos, que na verdade me trouxe muita dor de cabeça, que foi ter entrado no mundo do crime...”; “...foi a única porta que eu achei aberta, que eu achava que estava aberta, para o bem das minhas crianças e o meu também ‘né’ (...) foi uma criança que agiu sem pensar nas consequências...”; “Olha prejuízo (por ter engravidado na adolescência) não porque meus filhos são a coisa que eu mais amo no mundo...”; “...por eu ter engravidado muito cedo, também ajudou porque eu vi o desespero que eu passava na minha infância (...) fui ver o desespero que seria a mesma coisa na vida das minhas filhas...”. Sabemos que, o contexto de vida de “A” traz diversas variáveis de risco social e que toda a complexidade da estrutura socioeconômica desfavorável também é extremamente significativa para compreender sua condição de egressa ao sistema penal – objetivo principal deste estudo – e, logo, é imprescindível considerar as decorrências da gestação precoce em conjunto da maternidade desamparada como uma dessas variáveis.

Em vista disso, Leonardo e Morais (2017) afirmam que a situação da família monoparental chefiada por mulheres está subjugada a condição de vulnerabilidade social num processo que sem dúvidas acomete a condição psicossocial da mulher ao se tornar a única provedora de seus filhos (as); conjuntura que se agrava nas camadas mais baixas da sociedade nas quais o fator econômico se torna um empecilho ainda maior e essas mulheres se deparam aos obstáculos causadas pela carência de ensino e qualificação profissional. Esse fato se afirma ainda mais intensamente no caso das mães adolescentes que referem o abandono dos estudos justamente pela dificuldade financeira e a necessidade de assumir as responsabilidades de cuidado da criança, muitas vezes sem o apoio da família ou do pai e que relatam a condição financeira como um problema a ser enfrentado junto as limitações de inserção no mercado de trabalho formal (BRILHANTE *et al.*, 2018).

O estudo de Brilhante *et al.* (2018), ainda traz as vivências dessas mães adolescentes repletas pelas repercussões e sentimentos negativos – pela interrupção dos estudos, por exemplo – mas, também mostra que o cuidado com o (a) filho (a) se constrói como uma forma de aprendizado e afirmação do papel materno. Esse antagonismo de sentimentos também é observado nos discursos de “A” em: “...foi um período muito, muito tenso ‘né’”; “Por eu ser uma criança senti o sentimento de medo,

frustração, de incerteza, insegurança, abandono... assim... me senti um vazio também 'né' (...) foi assim... muito apavorante 'né' pra mim que era uma criança na época” junto das oposições *“Olha prejuízo (por ter engravidado na adolescência) não porque meus filhos são a coisa que eu mais amo no mundo...”* e *“...por eu ter engravidado muito cedo, também ajudou porque eu vi o desespero que eu passava na minha infância (...) fui ver o desespero que seria a mesma coisa na vida das minhas filhas...”*. Logo, se olharmos para as considerações trazidas pelos autores em paralelo ao discurso de “A”, é possível inferir que sua condição não é a exceção, mas a regra.

Ainda nesse sentido, a pesquisa de Silva (2016) verifica que a maioria das adolescentes grávidas que evadem a escola não são alvos de comprometimento por parte da Escola ou do Conselho Tutelar com o objetivo de que retomem seus estudos, mas, em oposição a isso, o abandono é classificado como normal, sem que ajam quaisquer preocupações de modo que, a autora ainda ressalta, a maioria das escolas sequer possuem um controle de casos assim, como se essas meninas fossem, nas palavras da pesquisadora, “corpos abjetos”.

Se nos debruçarmos sob as constatações de “A” em, por exemplo, *“...as pessoas já não me tratavam mais do jeito que era...”* é possível notar, mesmo que superficialmente, o sentimento que acompanha a estigmatização da gravidez na adolescência e marginaliza essas jovens, principalmente quando sabemos da displicência destinada a elas especialmente por parte da escola e da precariedade de políticas públicas voltadas a esse público específico.

Ao caminhar para o término da análise deste núcleo é possível perceber que, a vivência subjetiva da gravidez adolescente e da prática de delitos, isto é, a própria denominação destinada a essa categoria de análise, está intimamente relacionada as consequências que acompanham a gestação precoce considerando um contexto de vulnerabilidade social, ou seja, pontualmente o próximo núcleo a ser examinado.

Nesse sentido, considerando que dentre as categorias de consequências está o contexto de criminalidade, uma das variáveis objeto deste estudo, que também aparece no terceiro núcleo de análise, voltemo-nos as seguintes constatações: *“...minha vida pessoal virou do avesso porque eu adquiri processo na justiça, por causa que eu fui iludida por um ganho para poder sustentar meus filhos, que na verdade me trouxe muita dor de cabeça, que foi ter entrado no mundo do crime...”* e *“... foi a única porta que eu achei aberta, que eu achava que estava aberta, para o bem das minhas crianças e o meu também 'né' (...) foi uma criança que agiu sem*

pensar nas consequências...”. Na tentativa de compreender a entrada no mundo do crime através do viés social, Ewig (2018) traz a luz desta discussão a relação entre os aspectos familiares e a delinquência juvenil, isto é, diversas correntes de estudos criminológicos – inclusive a criminologia crítica, ideal adotado para a observação da pesquisa aqui apresentada, visto que também se apoia nos princípios marxistas e será detalhada mais adiante –, postulam a importância de conhecer o contexto familiar, social, histórico e econômico, bem como a estruturação dessas conjunturas, como condição determinante do desenvolvimento das pessoas que cometem delitos.

Ewig (2018), expõe, nesse sentido, a importante relação entre o fenômeno da criminalidade juvenil e os cuidados referentes a condição familiar, os quais ele chama de materiais – isto é, o arranjo econômico e o encargo de necessidades básicas como alimentação, saúde, educação e etc. – e imateriais – como o apoio emocional e cognitivo, a transmissão de afeto, a construção de vínculos construtivos e de confiança, além da comunicação assertiva –. Nos cenários em que tais responsabilidades são desempenhas de maneira adequada, o âmbito familiar – que não pode existir por si só, mas sim na relação com fatores exógenos a ele, ou seja, o ambiente – se torna um fator de proteção contra a delinquência; por outro lado, quando tais cuidados não são apropriados, o risco de que esses adolescentes transgridam a lei é potencializado.

Assim sendo, ao retomarmos todas as complexas questões já expostas no quadro de risco social a que a participante “A” é exposta, evidencia-se que todas essas circunstâncias desfavoráveis presentes no ambiente familiar e que fomentam a entrada no mundo do crime, se aplicam a seu contexto de vida. Isto somado ao despreparo e desconhecimento enfrentado ante a gravidez precoce, a falta de comprometimento e apoio do progenitor e de outras redes de apoio durante e após a gestação, o preconceito, a posterior evasão escolar e dificuldade de entrada no mercado de trabalho regular, o consequente revés financeiro e outras inúmeras decorrências, verdadeiramente contribuem ainda mais para o ingresso da participante na esfera da criminalidade.

Com isso, finalmente, introduz-se o quarto núcleo e último núcleo denominado **“Consequências sociais da gravidez na adolescência para jovens em situação de vulnerabilidade”**, o qual apresenta 4 (quatro) pré-indicadores:

- O primeiro indicador (*eu só consegui terminar meus estudos depois de velha já, muito velha*) com 3 (três) pré-indicadores:

“...na primeira e na segunda gestação aconteceu a mesma coisa, eu não tive como terminar meus estudos, não tive como voltar a estudar...”;

“...eu só consegui terminar meus estudos depois de velha já, muito velha...”;

“...’teve’ um dia que eu passei mal, aí me levaram para o hospital (...), o médico descobriu que eu ‘tava’ grávida encaminhou para maternidade, o bebê ‘foi’ nasceu (...) nisso daí eu não tive como voltar mais pra escola.”

- O segundo indicador (*desemprego*), com 2 (dois) pré-indicadores:

“Encontrei sim, demais (dificuldade para entrar no mercado de trabalho) (...) quando falava que tinha filho aí eles arrumavam 1001 desculpas e não efetivava a contratação”;

“...não ter conseguido emprego em lugar nenhum, alguém que me ajudasse, me auxiliasse (...)”

- O terceiro indicador (*preconceito*), com 2 (dois) pré-indicadores:

“...mudou muita coisa, as pessoas já não me tratavam mais do jeito que era, as mães proibiam as minhas amiguinhas de brincar comigo por causa que eu engravidei cedo...”;

“...as pessoas ‘né’, eu chegava as pessoas saíam...”

- O quarto indicador (*contexto de criminalidade*) com 3 (três) pré-indicadores:

“Eu já tinha ‘né’ testemunhado e cheguei a cometer (delitos antes e durante a gestação) ”;

“foi a única porta que eu achei aberta (prática de delitos) (...) para o bem das minhas crianças e do meu também...”;

“...foi o único ‘né’, entre aspas, o serviço que eu achei ‘pra’ fazer...”.

Levando em conta que as principais consequências da gravidez precoce que aparecem no discurso de “A” são o abandono escolar, a dificuldade de ingresso no mercado de trabalho formal, o preconceito e, aqui enfatizamos, a prática de delitos, alvo desta pesquisa, a análise deste núcleo se baseará na tentativa de compreender se existe de fato a relação entre as consequências da gestação precoce, bem como todo o contexto social anterior a ela já investigado previamente, e a condição de delinquência.

Dessa forma, começamos pela explicação condensada da criminologia crítica, isto é, o viés de análise que ampara as observações dos contextos de criminalidade aqui expostos. Sendo consolidada por Alessandro Baratta em 1982 com a obra “Criminologia crítica e crítica do direito penal”, a formação dessa teoria é

profundamente influenciada pelo pensamento marxiano e os postulados de Marx e Engels (ARAÚJO, 2015). Nesse sentido a criminologia crítica está fortemente comprometida com a crítica da sociedade e do modo de produção capitalista, de maneira a se colocar totalmente contrária a criminologia positivista, ou qualquer outra forma de compreender a questão criminal. Melhor dizendo, sua proposta é antagônica ao determinismo biológico proposto pelo paradigma etiológico da criminologia positivista o qual justifica a criminalidade como propriedade subjetiva ao indivíduo, logo, as concepções críticas vão na contramão desta tese, e se debruçam em compreender o processo de criminalização enquanto reflexo das condições sociais (GERMANO; MONTEIRO; LIBERATO, 2018).

Com isso, ao analisarmos o perfil sócio demográfico das mulheres encarceradas no Brasil, ou seja, das mulheres que cometem transgressões, encontramos jovens de 18 a 29 anos (47%), majoritariamente negras (pretas e pardas; 63,55%), com ensino fundamental incompleto (44,42%), que respondem por tráfico de drogas (geralmente são flagradas com pequenas quantias), das quais 70% relatam que não tinham uma ocupação no mercado de trabalho formal antes da prisão e 74% revelam ter pelo menos um filho, sendo elas predominantemente mães solteiras (BRASIL, 2018; BRASIL, 2017; GERMANO; MONTEIRO; LIBERATO, 2018; SANTOS *et al.*, 2018).

Dado este quadro geral das mulheres em privação de liberdade no Brasil, podemos encontrar conjunturas cujas características nos permitem inferir que uma parcela significativa dessas mulheres encarceradas podem ter passado pela situação de gestação adolescente, visto que, são jovens, em sua maioria com filhos, com dificuldades análogas as repercussões da gravidez precoce como ingressar ao mercado de trabalho formal e de concluir os estudos, ou seja, correspondências estas que também cabem ao contexto da participante desta pesquisa e podem ser examinados nas falas: *“...na primeira e na segunda gestação aconteceu a mesma coisa, eu não tive como terminar meus estudos, não tive como voltar a estudar...”*; *“...eu só consegui terminar meus estudos depois de velha já, muito velha...”*; *“...’teve’ um dia que eu passei mal, aí me levaram para o hospital (...), o médico descobriu que eu ‘tava’ grávida encaminhou para maternidade, o bebê ‘foi’ nasceu (...) nisso daí eu não tive como voltar mais pra escola.”* *“Encontrei sim, demais (dificuldade para entrar no mercado de trabalho) (...) quando falava que tinha filho aí eles arrumavam 1001*

desculpas e não efetivava a contratação”; “...não ter conseguido emprego em lugar nenhum, alguém que me ajudasse, me auxiliasse (...)”

Sabemos que o encarceramento de mulheres no Brasil tem sua razão principal atrelada à Lei de Drogas de nº 11.343/2006 a qual, por carecer de subsídios mais concretos ao que diz respeito à diferenciação entre traficante e usuário, proporciona um livre julgamento subjetivo de quem atua no momento da abordagem e de quem julga (GERMANO; MONTEIRO; LIBERATO, 2018). Isto posto, considerando a relevância da transgressão em relação ao tráfico de drogas e o aprisionamento de mulheres não faria sentido ignorá-la mesmo que o objetivo desta investigação não seja exatamente compreender o delito que ocasionou o encarceramento.

Nesse ponto da discussão propomos uma volta as concepções que dão base a investigação da criminologia crítica visando uma análise mais proveitosa da questão do cárcere feminino e a Lei de Drogas. Nesse caminho, de acordo com a discussão de Araújo (2015), a chamada criminalização secundária nada mais é do que a ação punitiva exercida por pessoas concretas (policiais, promotores, advogados, juízes, agentes penitenciários etc.) sobre outras pessoas concretas que supostamente cometeram ato criminalizado primariamente (parlamentos, executivos e etc.), ou seja, essa criminalização de segunda ordem acaba por funcionar por meio de fatores de classe, estigmatização, preconceito, medo etc. No entanto, como citado pelo autor, os clientes do direito penal definitivamente não são a classe dominante dentro de uma sociedade classista, isto é, inquestionavelmente, os inimigos da sociedade, do sistema penal e das políticas criminais tem seu perfil bem definido, ou seja, os pobres.

Dentro desta conjuntura, de acordo com Santana (2020)

A guerra às drogas se tornou um fenômeno social e político que entende a periferia e favelas como um domicílio a ser combatido, pois abriga tanto as drogas quanto agentes que fazem a manutenção do seu comércio.

A questão é que na periferia o tráfico se organiza de tal forma a ser uma oportunidade de garantir a subsistência econômica frente as estruturas de classe na sociedade do capital, ou seja, esse processo de guerra às drogas é verdadeiramente parte do fenômeno de criminalização da pobreza que potencializa a penalização e encarceramento das camadas mais pobres (SANTANA, 2020; GERMANO; MONTEIRO; LIBERATO, 2018). Dessa forma, não pode ser mera coincidência que o processo de encarceramento em massa de mulheres se encontre com a ascensão

das políticas neoliberais, de consolidação a guerra às drogas e endurecimento das penas, além do crescente empobrecimento de famílias monoparentais cuja mulher é a única provedora (GERMANO; MONTEIRO; LIBERATO, 2018). Tal contexto pode ser nitidamente percebido nos relatos de “A” em *“Eu já tinha ‘né’ testemunhado e cheguei a cometer (delitos antes e durante a gestação)”*; *“foi a única porta que eu achei aberta (prática de delitos) (...) para o bem das minhas crianças e do meu também...”*; *“...foi o único ‘né’, entre aspas, o serviço que eu achei ‘pra’ fazer...”* e, por isso e por toda a discussão aqui apresentada, coincidem com as mulheres que em contextos de vulnerabilidade social, engravidam na adolescência e acabam reféns do sistema penal.

Para findar esta discussão, reforça-se a conceituação descrita por Baratta (2002) do sistema penal como uma organização de direitos desiguais que ao criminalizar os vulneráveis mantém a ordem da classe dominante, fato que pode ser observado no processo de terceirização dos estabelecimentos prisionais, que decorre do inchaço do sistema penal, de forma a atender os interesses políticos do estado burguês, ou seja, ao terceirizar a construção desses complexos prisionais e os serviços necessários para seu funcionamento todo o processo fica subjugado à disposição de grandes empresários (SANTANA, 2020). Nesse sentido, lembremo-nos da concepção dialética em Marx de que

No capitalismo existe uma enorme oposição entre os que detêm o capital e aqueles que só dispõem de sua força de trabalho. Eis o cerne da dialética existente no capitalismo; eis o grande gerador de injustiças materializado na exploração do trabalho e na acumulação de capital promovidos pela propriedade privada dos meios de produção (ARAÚJO, 2015).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo analisar a experiência da gravidez adolescente em um contexto de vulnerabilidade social e as decorrências sociais desse período a partir do relato de uma mulher egressa ao cárcere, juntamente ao aporte teórico da Psicologia Sócio-histórica. Nesse sentido era necessário investigar processos inerentes a gravidez precoce como o fenômeno da evasão escolar e a dificuldade de ingresso no mercado de trabalho formal. O estudo teve como intenção investigar se, devido as complexidades e efeitos do contexto de risco social e da gestação em tenra idade, históricos de vida como o descrito podem ser fatores agravantes para a entrada no mundo do crime.

Visando os objetivos referidos acima, as análises revelaram reflexões sobre questões relacionadas as políticas públicas, as mediações disponíveis às mulheres para apropriação do exercício da maternidade em tenra idade e as consequências da ausência de suporte parental e socioeconômico. Nesse sentido, essas temáticas se inter-relacionam e revelam possibilidades de superação que se apresentam a seguir. Quanto aos aspectos ligados à instrução da sexualidade por parte da escola, da família e etc, é possível observar que, dentro de um contexto histórico repleto de empecilhos no que diz respeito à construção de uma educação sexual efetiva, ainda hoje, mesmo que as políticas públicas voltadas para essa área tenham um caráter de proteção dos direitos das crianças e adolescentes, visando a educação desses jovens com o intuito de prevenir possíveis consequências negativas no campo da sexualidade e, ainda, proporcionar um ambiente de acolhimento, sabe-se que esses planos e programas não chegam de fato às escolas e carecem de subsídios que facilitem e clarifiquem sua aplicação. Nesse sentido, ainda foi possível relacionar o relato da participante que, carente de assistências eficazes, só conheceu sua condição de gestante quando pariu a criança, denunciando a falha no âmbito educacional. Sobre as redes de apoio como fatores de risco e proteção para o desenvolvimento da criança e do adolescente e, na relação com a temática anterior, o estudo pôde proporcionar uma compreensão ampla de questões voltadas à vulnerabilidade e risco social no caso de adolescentes grávidas que não podem contar com uma rede de suporte, o que também se revela diversas vezes no relato de “A”.

As consequências da gravidez precoce, sem o adequado suporte familiar e paterno (ou seja, por parte do pai da criança) e o diálogo sobre a vulnerabilidade presente nas famílias monoparentais cujas mães são sua única fonte de sustento, revelam a necessidade de outros suportes de políticas públicas vinculadas a assistência social que possam mobilizar o acolhimento, além de suportes como creches e berçários, que possibilitem a manutenção da jovem aos estudos e busque boa qualidade de vida, em que a criminalidade não seja “uma porta aberta”. Além disso, a partir desse ponto da discussão começa-se a pensar que, as condições sociais desfavoráveis que não puderam prevenir a gravidez adolescente, agora intensificam também as consequências decorrentes desse evento. Compreende-se por meio do estudo de caso de “A” que as condições sociodemográficas, históricas e econômicas, dessas meninas que engravidam no período adolescente somada a

ausência de suporte financeiro, social e psicológico são potenciais para vinculação de mulheres a criminalidade.

Portanto, podemos concluir que a gravidez precoce, cujas taxas de incidência são relevantes principalmente nas camadas mais pobres, não é uma característica decisiva e direta para o encarceramento de mulheres, ou seja, o objetivo do estudo não era encontrar uma relação de causa e efeito entre as duas variáveis, e assim não o fez, mas, se considerarmos as decorrências do evento da maturidade precoce, o funcionamento do sistema penal e da sociedade de classes, então, nesse sentido, a partir de uma perspectiva crítica, a gravidez em tenra idade somada às variáveis sociais, econômicas, históricas e culturais, pode ser considerada comum ao perfil das mulheres encarceradas.

Pensando nisso, entendendo a carência de políticas públicas efetivas voltadas tanto para a educação sexual quanto para as consequências da gravidez adolescentes, propõe-se o desenvolvimento de pesquisas que priorizem a investigação mais profunda pontualmente voltada ao campo de análise dessas políticas públicas, seja na área da educação sexual, das políticas assistenciais para meninas e mulheres grávidas ou mesmo dos programas voltados a reintegração de mulheres egressas ao sistema penal.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, W. M. J. de; OZELLA, S. Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**. Brasília, v. 94, n. 236, p. 299-322, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbeped/a/Y7jvCHjksZMXBrNJkqg4zjP/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 20 jul. 2021.
- _____. Núcleos de significação como instrumento para apreensão da constituição dos sentidos. **Psicologia Ciência e Profissão**. São Paulo, v. 26, n.2, p. 222-245, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/QtcRbxZmsy7mDrqtSjKTYHp/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 20 jul. 2021.
- AGUIAR, W. M. J. de; SOARES, J. R. Núcleos de significação: uma proposta histórico-dialética de apreensão das significações. **Cadernos de pesquisa**. São Paulo, v.45, n. 155, p. 567-575, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/cJgwjVtjwQ4thrMbxB4ZPFm/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 20 jul. 2021.
- ALVES, J. S. A. da; GAMA, S. G. N. da; VIANA, M. C. M.; MARTINELLI, K. G.; NETO, E. T. S. dos. Características socioeconômicas influenciam as atitudes face à sexualidade em adolescentes. **Journal of Human Growth and Development**, v.31, n. 1, p.101-115, 2021. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/jhgd/article/view/11084/7111>>. Acesso em 31 ago 2021.
- ARAUJO, T. C. M. O pensamento de Karl Marx e a criminologia crítica: por uma criminologia do século XXI. **Revista EMERJ**, v. 18, n. 67, p. 356-375, 2015. Disponível em: <https://www.emerj.tirj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista67/revista67_356.pdf>. Acesso em 31 ago 2021.
- BARATTA, A. **Criminologia crítica e crítica do direito penal: Introdução à sociologia do direito penal**. 3ª ed., Rio de Janeiro: Reva, 2002.
- BETANCUR, M. R.; VILLAMIZAR, R. M. El papel de la familia em la normalización del embarazo a temprana edad. **Encuentros**, v. 14, n. 1, p. 139-150, 2016. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5390713>>. Acesso em 31 ago 2021.
- BRASIL. Ministério da justiça e segurança pública. Departamento penitenciário nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – **INFOPEN** mulheres 2ª ed. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf>. Acesso em 12 nov. 2019.
- _____. Ministério da justiça e segurança pública. Departamento penitenciário nacional. Relatório temático sobre mulheres privadas de liberdade. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <<https://www.gov.br/depen/pt-br/sisdepen/mais->

informacoes/relatorios-infopen/relatorios-sinteticos/infopenmulheres-junho2017.pdf>.

Acesso em 31 ago. 2021.

BRAZ, J. L.; CORRÊA, M. S. A seletividade do sistema penal brasileiro a partir de uma epistemologia feminista. **Científic@ - multidisciplinar jornal**, v. 5, n. 1, 2018.

Disponível em:

<<http://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/cientifica/article/view/2824/2220>>;

Acesso em: 12 nov. 2019.

BRILHANTE, A. V. M.; JORGE, M. V. O.; SANTOS, R. C. A. N. de; SILVA, R. M. da; Realidades e perspectivas de mães adolescentes acerca da primeira gravidez.

Revista Brasileira de Enfermagem, v.71, n. 1, p. 73-80, 2018. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/reben/a/FqFbQ5Vg3ggdDsLgdjPbfXF/?lang=en>>. Acesso em

31 ago 2021.

CAREGNATO, R. C. A; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso *versus* análise de conteúdo. **Texto e contexto enfermagem** v. 15 n. 4, Florianópolis, SC, 2006. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17.pdf>>; Acesso

em: 1 nov. 2019.

CORTINA, M. O. C. Mulheres e tráfico de drogas: aprisionamento e criminologia feminista. **Estudos feministas**, v. 23, n. 3, Florianópolis, SC, 2015. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ref/v23n3/0104-026X-ref-23-03-00761.pdf>>; Acesso em: 13

nov. 2019.

CÚNICO, S. D.; ARPINI, D. M. Projeto parental não compartilhado: implicações no exercício da parentalidade. **Psicologia Clínica e Cultura**, v. 33, p. 1-9, 2017.

Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/ptp/a/gQZJ5TwZbKwjYVZ4pw6HPts/?lang=pt>>. Acesso em

31 ago 2021.

DIAS, P. M. M; OLIVEIRA, M. J.; LUSTOSA, A. P.; LIMA, H. K. L. S.; MOREIRA, K. A. P.; PEREIRA, T. M. Repercussions of teenage pregnancy in the life of adult women. **Revista da rede de enfermagem do Nordeste**, v.18, n. 1, Fortaleza, CE, 2017. Disponível em:

<<https://www.redalyc.org/pdf/3240/324049855015.pdf>>;

Acesso em: 13 nov. 2019.

EWIG, G. T. Crime juvenil, violência familiar e mercado de trabalho. As configurações do abandono familiar em adolescentes em conflito com a lei da Cidade do México. **Estudios Sociológicos**, v. 36, n. 107, 2018. Disponível em:

<<https://estudiossociologicos.colmex.mx/index.php/es/article/view/1590>>. Acesso em

31 ago 2021.

FERNANDES, F. C. G. M. de; SANTOS, E. G. O. de; BARBOSA, I. R.; A idade da primeira gestação no Brasil: dados da pesquisa nacional de saúde. **Journal of Human Growth and Development**, v. 29, n. 3, p. 304-312, 2019. Disponível em:

<<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/jhgd/article/view/9523/6043>>. Acesso em

31 ago 2021.

FILHO, V. G. S. Paradigmas norteadores da história da educação sexual no Brasil: nas pegadas do higienismo, do conservadorismo religioso e da defesa dos direitos humanos. **Revista Unitas**, v. 7, n. 2, 2019. Disponível em: <<http://revista.fuv.edu.br/index.php/unitas/article/view/736>>. Acesso em 09 set 2021.

GERMANO, I. M. P.; MONTEIRO, R. A. F. G.; LIBERATO, M. T. C. Criminologia crítica, feminismo e interseccionalidade na abordagem do aumento do encarceramento feminino. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n.2, p. 27-43, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/MHtjGhJrYXTLYzWmS6X4W6Q/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 31 ago 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

LEONARDO, F. A. M.; MORAIS, A. G. L. Família monoparental feminina: a mulher como chefe de família. **Revista Instituto de Políticas Públicas de Marília**, v. 3, n. 1, p. 11-22, 2017. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RIPPMAR/article/view/7386>>. Acesso em 31 ago 2021.

MARANHÃO, T. A.; GOMES, K. R. O. Repercussão da iniciação sexual na vida sexual e reprodutiva de jovens de capital do Nordeste brasileiro. **Ciência & Saúde**, v. 22, n. 1, p. 4083-4094, 2017. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/csc/a/n3dqiX3zP9MQFVD8CrpZ9py/?lang=pt>>. Acesso em 31 ago 2021.

NERY I.S.; GOMES K.R.O.; BARROS I.C.; GOMES I.S.; FERNANDES A.C.N.; VIANA L.M.M.; Fatores associados à reincidência de gravidez após gestação na adolescência no Piauí, Brasil. **Epidemiol Serv Saúde**. v. 24, n. 4, p. 671-680, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ress/a/m6xPVL9LLzrxBRfPJJ8RdZM/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 31 ago 2021.

OLIVEIRA, P. R.; RODRIGUES, J. Z.; FERREIRA, J. D.; BATISTA, D. J. R.; GUSMÃO, R. M.; FRANCO, S. E. J.; ROCHA, E. M.; LEMES, A. G. Gravidez na adolescência: um desafio crítico para os países do cone sul. **Journal Health NPEPS** v. 3 n. 2, 2018. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-981432>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

PIROTTA, K. C. M.; R. BARBOZA; L. R. PUPO; S. UNBEHAUM; S. CAVASIN, **Revista Gestão & Políticas Públicas**, v. 3, n. 1, 2013. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rgpp/article/view/97893/96686>>. Acesso em: 09 set 2021.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2012.

RODRIGUES, L. S.; SILVA, M. V. O. S.; GOMES, M. A. V. Gravidez na adolescência: suas implicações na adolescência, na família e na escola. **Revista educação e emancipação**, v. 12, n. 2, São Luís, MA, 2019. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/reducaoemancipacao/article/view/11489/6528>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

ROMANELLI, N. A questão metodológica na produção vigotskiana e a dialética marxista. **Psicologia em Estudo**, v. 16, n. 2, p. 199-2018, 2011. Disponível em : <<https://www.scielo.br/j/pe/a/KKMtQRWMqWRrDZ8YyHRRCy/?lang=pt&format=html>>. Acesso em 31 ago 2021.

SANTANA, J. S. da. **O cárcere como instrumento necropolítico do estado brasileiro: o genocídio da população negra através do encarceramento dos corpos negros femininos**. Orientador: SILVA, L. R. B. da. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Direito, Universidade Católica do Salvador, Salvador. 2020. Disponível em: <<http://ri.ucsal.br:8080/jspui/handle/prefix/1667?mode=full>>. Acesso em 31 ago 2021.

SANTOS, B.R.; MAGALHÃES, D.R.; MORA G.G.; CUNHA, A. Gravidez na Adolescência no Brasil – Vozes de Meninas e de Especialistas. Instituto dos Direitos da Criança. Brasília: INDICA; 2017.

SANTOS, W. P. dos; FREITAS, F. B. D. de; LIMA, G. M. B de; NETO, A. P. F. de; Perfil de mulheres sob privação de liberdade: aspectos sociodemográficos, ocupacionais e criminais. **Revista de Ciências da Saúde Nova Esperanças**, v. 16, n. 1, 2018. Disponível em: <<http://revistanovaesperanca.com.br/index.php/revistane/article/view/33>>. Acesso em 31 ago 2021.

SHAUGHNESSY, J. J.; ZECHMEISTER, E. B.; ZECHMEISTER J. S. **Metodologia de pesquisa em psicologia**. 9^o ed. Porto Alegre, RS: AMGH, 2012.

SILVA, D. R. Q. Exclusão de adolescentes grávidas em escolas do sul do Brasil: uma análise sobre a educação sexual e suas implicações. **Revista de Estudos Sociais**, v. 57, p. 78-88, 2016. Disponível em: <<https://revistas.uniandes.edu.co/doi/10.7440/res57.2016.06>>. Acesso em 31 ago 2021.

SOUZA, L. B. de; PANÚNCIO-PINTO, M. P.; FIORATI, R. C. Crianças e adolescentes em vulnerabilidade social: bem-estar, saúde mental e participação em educação. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 27, n. 2, p. 251-269, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cadbto/a/yLRT3x4JrDbH6T4djNw95DR/?lang=en>>. Acesso em 31 ago 2021.

TCKESKISS, L. A. **Materialismo Histórico em 14 lições**. 1^a ed., Nova Cultura, 2019.

VIEIRA; MATSUKURA; VIEIRA. Políticas públicas e educação sexual: percepções de profissionais da saúde e da educação. **Interthesis**, v. 14, n. 3, 2017. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2017v14n3p69>>. Acesso em 09 set 2021.

VIGOTSKI, L. S. **Pensamento e Linguagem**. 4^a ed., São Paulo: Martins Fontes, 2008.

WOLCOTT, H. **Transforming qualitative data: Description, analysis, interpretation**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1994.

APÊNDICE A

PERGUNTAS CONFIGURADAS PARA CONDUÇÃO DE ENTREVISTAS SEMIABERTAS:

1. Em seu período de adolescência, você tinha conhecimento sobre métodos contraceptivos? Se sim, fazia uso de algum deles na época em que engravidou?
2. Antes de engravidar você recebeu instruções sobre questões sexuais seja por parte da escola ou de algum membro de sua família?
3. Com qual idade você iniciou sua vida sexual?
4. E quanto tempo depois descobriu sua gravidez?
5. Após sua primeira gestação você passou por outros processos de gravidez ainda no período da adolescência (dos 10 aos 19 anos)?
6. Você continuou a frequentar a escola enquanto grávida? Se sim, também pôde manter seus estudos após o nascimento do seu filho?
7. Durante e após sua gestação pôde contar com o apoio, tanto emocional quanto financeiro, de sua família e do pai do bebê?
8. Você já havia cometido ou testemunhado algum delito antes ou durante sua gestação?
9. Durante e após sua gestação pode perceber alguma diferença nas suas relações com as pessoas com quem costumava conviver antes da gravidez, como amigos e parentes?
10. Você mantém contato com o (os) pai (s) do (s) / da (s) seu (s) / sua (s) filho (s) / a (s)? Ele (s) se mostra (m) presente (s) na vida do (s) / da (s) filho (s) / a (s)?

11. A partir do momento que você descobriu a gestação alguma vez pensou em interrompê-la?
12. Depois de sua gestação você encontrou dificuldades em entrar no mercado de trabalho?
13. Que sentimentos estiveram presentes em você quando percebeu sua gravidez pela primeira vez?
14. Para você, ter gravidade na adolescência trouxe alguma forma de prejuízo – por exemplo, em sua vida social, familiar, financeira ou nos estudos? Se sim, como você pode os perceber?
15. Você de alguma maneira considera que ter engravidado na adolescência possa ter conexão com sua história criminal?
16. Você relaciona sua vivência com a atividade (s) de delito (s) cometido (s)?

APÊNDICE B

TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA REALIZADA COM A PARTICIPANTE “A”

1. Em seu período de adolescência, você tinha conhecimento sobre métodos contraceptivos? Se sim, fazia uso de algum deles na época em que engravidou?

A: *“Bom no meu período de adolescência, como eu era muito nova, as coisas eram mais difícil, eu fui criada pela minha avó e meu avô então eu não tinha conhecimento sobre métodos anticonceptivos, eu não tinha conhecimento de como era ‘né’ a vida em si... eu não tinha conhecimento de nada disso e eu não tive nem pai nem mãe para explicar ou então alguém que me explicasse. ”*

2. Antes de engravidar você recebeu instruções sobre questões sexuais seja por parte da escola ou de algum membro de sua família?

A: *“Não, é... eu não recebi nenhuma instrução na escola porque no meu tempo a escola evitava falar dessas coisas ‘né’ de... sobre sexualidade, e a minha família também não porque eu vim de uma... um momento em família que eu fui criada pela minha avó e meu avô e na época ele já eram muito idosos então eles mal sabiam ‘né’... procurar a respeito de auxílios para gente mesmo sobre sexualidade, alimentação, essas coisas então eles não tiveram a oportunidade de me explicar e também nem outras pessoas... eu acho, hoje eu acho muito importante a escola fazer esse trabalho mesmo que alguns pais não gostem, apesar de que já tá tudo mais desenvolvido, mas a escola fazendo esse trabalho porquê... para poder ajudar ‘né’... como eles não poderão ajudar no tempo passado. Então acho muito interessante isso que a escola faz, e naquele tempo eu não tinha não tinha auxílio da escola, não tinha auxílio do meu avô e da minha avó, meu pai e minha mãe ‘né’... meu pai era separado da minha mãe e tinha outra mulher e a minha mãe faleceu quando eu tinha 5 anos de idade então assim é muito importante hoje em dia as famílias conversarem com os filhos ‘né’. “*

3/4. Com qual idade você iniciou sua vida sexual e quanto tempo depois você descobriu sua gravidez?

A: *“Olha... por falta de conhecimento eu iniciei aos 14 anos ‘né’... Por não saber ‘né’, por causa de conhecimento mesmo. No caso quando eu era uma criança ainda não*

tinha noção de nada eu descobri mesmo quando eu 'tava' ganhando... só quando eu ganhei que eu descobri que era um uma criança. Eu tinha 14 anos faltava três meses para mim fazer 15. "

5. Após sua primeira gestação você passou por outros processos de gravidez ainda no período da adolescência (dos 10 aos 19 anos)?

A: "Sim, tive sim, mais uma gestação, mas aí... aí eu já sabia o que era 'tá' grávida. "

6. Depois que você descobriu essa primeira gravidez você continuou a frequentar a escola enquanto estava grávida? Se sim você pode continuar os seus estudos depois que o seu filho ou sua filha nasceu?

A: "Não, na primeira e na segunda aconteceu a mesma coisa, eu não tive como terminar meus estudos, não tive como voltar a estudar por causa que um filho na adolescência, ainda mais para a gente que tem a prematuridade de não saber os cuidados específicos, é uma criança cuidando de outra criança, aí vai toma muito tempo da gente, então eu só vim conseguir terminar meus estudos depois de velha já, muito velha. Eu continuei frequentando antes de ter o bebê porque até mesmo eu não sabia que eu estava grávida, 'e aí vai' 'teve' um dia que eu passei mal, aí me levaram para o hospital, chegou lá no pronto-socorro o médico descobriu que eu 'tava' grávida encaminhou para maternidade, o bebê foi nasceu... a menina foi nasceu... 'e aí vai, foi' nisso daí eu não tive como voltar mais para escola. "

7. Durante e após sua gestação pôde contar com apoio, tanto emocional quanto financeiro, da sua família e do pai do bebê?

A: "Não, no caso, na adolescência da gente é muito complicado né... como eu expliquei para você, eu não eu não tive muito apoio da minha família porque meus avós já eram idosos e o do pai da criança muito menos por causa que... naquele tempo então... eles não entendiam muito, ele já era maior de idade, mas, geralmente... resumindo que acaba sempre ficando para mãe 'né', então eu tive que aprender, eu tive que amadurecer logo, praticamente de um dia para o outro, tive que aprender ser pai e mãe, assim como eu sou até hoje... o apoio que eu tive foi depois, de alguns amigos 'né', minha irmã, mas fora isso eu tive que amadurecer rápido. "

8. Durante e após sua gestação pôde perceber alguma diferença nas suas relações com as pessoas com quem costumava conviver antes da gravidez, como amigos e parentes? Tanto da primeira gestação quanto na segunda.

A: *“Eu percebi sim, mudou muita coisa, as pessoas já não me tratavam mais do jeito que era, as mães proibiam as minhas amiguinhas de brincar comigo por causa que eu engravidei cedo, as pessoas ‘né’, eu chegava as pessoas saíam... foi um período muito, muito tenso ‘né’.”*

9. Você mantém contato com o/os pai/pais do seu (s) filho (os) / a (as)? Ele (s) se mostra (m) presente (s) na vida do (s) filho (s) até hoje?

A: *“É o mesmo pai, mas só que ele não se faz presente, ele vê as crianças só de vez em quando e mesmo assim não ajuda com nada.”*

10. A partir do momento que você descobriu as gestações você em algum momento pensou em interrompê-las?

A: *“Não, nunca pensei não, a primeira não, mas, a segunda que eu tive conhecimento, eu nunca pensei não.”*

11. Depois da sua gestação você encontrou dificuldade em entrar no mercado de trabalho?

A: *“Encontrei sim, demais, por causa que geralmente quando falava que tinha filho aí eles arrumavam 1001 desculpas e não efetivava a contratação.”*

12. Que sentimentos estiveram presentes em você quando percebeu sua gravidez pela primeira vez?

A: *“Por eu ser uma criança senti o sentimento de medo, frustração, de incerteza, insegurança, abandono... assim... me senti um vazio também ‘né’, como ‘nossa agora tudo vai mudar como que vai ser?’. Foi assim... muito apavorante ‘né’ para mim que era uma criança na época.”*

13. Para você, ter gravidade na adolescência trouxe alguma forma de prejuízo – por exemplo, em sua vida social, familiar, financeira ou nos estudos? Se sim, como você pode os perceber?

A: *“Olha prejuízo não porque meus filhos são a coisa que eu mais amo no mundo, mas em compensação da minha vida pessoal ela virou do avesso porque eu adquiri processo na justiça, por causa que eu fui iludida por um ganho para poder sustentar meus filhos, que na verdade me trouxe muita dor de cabeça, que foi ter envolvido no mundo do crime. E hoje, mesmo eu não fazer parte disso mais, ser uma pessoa de bem, uma pessoa normal, ainda acarreta muitos danos ao longo da minha vida né. “*

14. Você já tinha cometido ou já havia testemunhado algum tipo de delito antes ou durante a sua gestação?

A: *“Eu já tinha ‘né’ testemunhado e cheguei a cometer”*

15. Você de alguma forma de alguma maneira considera que ter engravidado na adolescência possa ter conexão com a sua história criminal?

A: *“Conexão, conexão, não, mas, de certa forma por eu ter sido menor, não ter conseguido emprego em lugar nenhum, alguém que me ajudasse, me auxiliasse, ter tido o pai das crianças ausente... então que que acontece, foi a única porta que eu achei aberta, que eu achava que estava aberta, para o bem das minhas crianças e o meu também né. Mas... como que eu posso te dizer, foi uma coisa que foi uma criança que agiu sem pensar nas consequências ao longo da vida. “*

16. Você relaciona a sua vivência, sua história de vida, com essa (s) atividade (s) de delito (s) cometido (s)?

A: *“Olha eu não relaciono bem ‘né’ a minha... as minhas gestações com a prática dos delitos. Eu relaciono a prática dos delitos com a falta de oportunidade e desentendimento e falta de comunicação que o nosso país fornece... que é a falta de atenção aos mais vulneráveis. É a falta de comunicação, é a falta de um emprego, de uma estadia de vida, não que seja aquelas mais belas, mas, pelo menos não deixar comida faltar na mesa e assim... por eu ter engravidado muito cedo, também ajudou porque eu vi o desespero que eu passava na minha infância, passando fome na minha infância e aí eu fui ver o desespero que seria a mesma coisa a vida das minhas filhas. Então foi o único ‘né’, entre aspas, o serviço que eu achei ‘pra’ fazer, então assim... não relaciono bem, mas eu relaciono mais isso ao desentendimento, falta de comunicação, falta de apoio, falta de tudo que o Brasil, o país, o estado não me ajudou. “*

ANEXO A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Prezada Senhora

Gostaríamos de convidá-la a participar de um estudo intitulado “A gravidez na adolescência em um contexto de vulnerabilidade social como fator de risco para a entrada no mundo do crime: uma visão das mulheres encarceradas” que irá ser desenvolvido por Ana Beatriz Zévola Orru e Dra. Raquel A. Cassoli.

Os objetivos do estudo são entender de que forma a gravidez na adolescência em situações de desvantagem social pode vir a influenciar mulheres a entrar no universo do crime. A finalidade deste trabalho é contribuir para a compreensão da realidade social de meninas grávidas que, mais tarde acabam cometendo delitos e são encarceradas, para que, dessa forma, possam ser criadas políticas públicas que visem proteger essa comunidade o mais cedo possível. Quanto aos riscos envolvidos, estes poderão envolver sentimentos de angústias, reações emocionais como ansiedade, constrangimento e desconfortos quanto ao tema. Caso haja danos decorrentes dos riscos previstos, o pesquisador responsável assumirá a responsabilidade pelos mesmos.

Para participar deste estudo o (a) Sr. (a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira, mas será garantido, se necessário, o ressarcimento de suas despesas, e de seu acompanhante, como transporte e alimentação.

No presente estudo, sua participação constará em participar de uma entrevista guiada pelo pesquisador e responder livremente da maneira que se sentir confortável a 15 perguntas principais construídas pelo entrevistador. Assim, solicitamos sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área científica e publica-los em revista científica ou outro meio de divulgação científica, mas garantimos que seu nome, caso faça parte dos dados do estudo, será mantido em sigilo absoluto quando da divulgação dos resultados. Informamos, também, que, em caso de obtenção de fotografias, vídeos ou gravações de voz, esses materiais ficarão sob a propriedade do pesquisador responsável.

Note que sua participação é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a).

Da mesma forma, caso decida não participar do estudo, ou tomar a decisão, em qualquer momento, de desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, penalidade ou constrangimento, e, se for o caso na área da saúde, não haverá modificação na assistência que vem recebendo nesta instituição.

Fique certo que os pesquisadores estarão sempre à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa e, para tal, no final deste documento se encontram seus nomes e forma de contato.

Participante

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos deste estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Bauru, _____ de _____ de _____

Assinatura

Pesquisador principal:

Nome: _____

E-mail: _____

Fone: _____

Assinatura do pesquisador

Data:

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

CEP UniSagrado – Comitê de Ética em Pesquisa do UniSagrado

Centro Universitário Sagrado Coração

Rua Irmã Arminda 10-60, Bauru - SP

Fone: (14) 2107260

ANEXO B

CENTRO UNIVERSITÁRIO
SAGRADO CORAÇÃO -
UNISAGRADO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA EM UM CONTEXTO DE VULNERABILIDADE SOCIAL: UMA VISÃO DAS MULHERES ENCARCERADAS

Pesquisador: Raquel Cassoli

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 29246920.3.0000.5502

Instituição Proponente: Universidade do Sagrado Coração - Bauru - SP

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.908.681

Apresentação do Projeto:

Pesquisa qualitativa, com análise fundamentalmente interpretativa, onde serão aplicadas entrevistas guiadas (semiestruturadas) – que serão posteriormente transcritas e analisadas – no intuito de entender os aspectos das experiências pessoais das entrevistadas sobre sua vivência de gravidez na adolescência considerando sua atual situação de privação de liberdade e sua história criminal.

Objetivo da Pesquisa:**OBJETIVO GERAL**

Interpretar as experiências pessoais de gravidez no período da adolescência vivenciadas por mulheres encarceradas e relacioná-las as consequências que acompanham esse fenômeno, como abandono escolar, perdas sociais e familiares entre outras.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Analisar os aspectos sociais que estão relacionados à gravidez na adolescência, assim como o papel da família e da escola na educação sexual dos jovens adolescentes e suas significações;
- b) Relacionar relatos das mulheres privadas de liberdade sobre os significados e sentidos da maternidade precoce e os efeitos que vivenciaram em consequência deste período a conteúdos teóricos sobre a temática;

Endereço: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pos-Graduação

Bairro: Rua Irmã Armanda Nº 10-50

CEP: 17.011-160

UF: SP

Município: BAURU

Telefone: (14)2107-7340

E-mail: comitedeeticadehumanos@usc.br

CENTRO UNIVERSITÁRIO
SAGRADO CORAÇÃO -
UNISAGRADO



Continuação do Parecer: 3.908.681

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os autores identificam os riscos envolvidos e comentam que estes poderão envolver sentimentos de angústias, reações emocionais como ansiedade, constrangimento e desconfortos quanto ao tema. Caso haja danos decorrentes dos riscos previstos, o pesquisador responsável assumirá a responsabilidade pelos mesmos. Os riscos encontram-se descritos no projeto e TCLE.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Os autores descrevem todo o processo de coleta e análise de dados com clareza.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos foram apresentados.

Recomendações:

No item “riscos”, substituir o termo “responsabilidade dos danos pelo pesquisador” por “encaminhamentos das participantes para tratamento com profissionais responsáveis pela instituição”.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há lista de pendências.

Consideração Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

| Tipo Documento | Arquivo | Postagem | Autor | Situação |
|---|---|------------------------|----------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1512002.pdf | 18/02/2020 10:06:57 | | Aceito |
| Folha de Rosto | Folhagravcarc.pdf | 18/02/2020 10:06:38 | Raquel Cassoli | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | ProjGravCarcere.pdf | 18/02/2020 10:06:27 | Raquel Cassoli | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLEgravcarc.pdf | 16/02/2020 13:34:17 | Raquel Cassoli | Aceito |

Endereço: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pos-Graduação

Bairro: Rua Irmã Armanda Nº 10-50

CEP: 17.011-160

UF: SP

Município: BAURU

Telefone:

(14)2107-7340

E-mail: comitedeeticadehumanos@usc.br

CENTRO UNIVERSITÁRIO
SAGRADO CORAÇÃO -
UNISAGRADO



Continuação do Parecer: 3.908.681

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BAURU, 10 de Março de 2020

Assinado por:
Marcos da Cunha Lopes Virmond
(Coordenador(a))

Endereço: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pos-Graduação

Bairro: Rua Irmã Armanda Nº 10-50

CEP: 17.011-160

UF: SP

Município: BAURU

Telefone:

(14)2107-7340

E-mail: comitedeeticadehumanos@usc.br